



**UNILA**

Universidade Federal  
da Integração  
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
INTEGRAÇÃO**

**O FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO E OS ESTUDOS DA PAZ:  
A INCORPORAÇÃO DA INTERSECCIONALIDADE AOS DEBATES DA DISCIPLINA**

**LETICIA JACQUELINE AKO DA GUIA NYAMIEN**

Foz do Iguaçu

2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
INTEGRAÇÃO**

**O FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO E OS ESTUDOS DA PAZ:  
A INCORPORAÇÃO DA INTERSECCIONALIDADE AOS DEBATES DA DISCIPLINA**

**LETICIA JACQUELINE AKO DA GUIA NYAMIEN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Professor Dr. Ramon Blanco de Freitas

Foz do Iguaçu

2023

**Leticia Jacqueline Ako da Guia Nyamien**

**O FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO E OS ESTUDOS DA PAZ:  
A INCORPORAÇÃO DA INTERSECCIONALIDADE AOS DEBATES DA DISCIPLINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas**

**UNILA**

---

**Prof. Dra. Karen dos Santos Honório**

**UNILA**

---

**Prof. Dr. Lucas Ribeiro Mesquita**

**UNILA**

**Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_**

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer o apoio da minha família. Aos meus pais, obrigada pelo incentivo total para estar na faculdade, e por me mostrarem desde cedo a importância da pesquisa acadêmica. Sem o amor e apoio de vocês eu não teria muitas das perspectivas que tenho hoje. Ao meu irmão, tem sido muito bom compartilhar as ideias e reflexões acadêmicas que a UNILA proporciona para nós, obrigada por me acalmar em meio aos desesperos acadêmicos. Amo vocês, e espero que gostem do trabalho.

Agradeço também à minha vó, dona Ermita, que não teve a oportunidade de me ver chegando ao final da minha faculdade, mas que sei que sempre torceu por mim e por esse momento.

Agradeço ao meu orientador pela oportunidade de pesquisar desde 2021, em Iniciação Científica. Sem essa primeira oportunidade, eu não teria conhecido os Estudos da Paz e também não teria a percepção de que o feminismo negro tem muito a contribuir na evolução constante desse campo de pesquisa. As orientações foram valiosas para que eu pudesse entender um pouco mais do mundo da pesquisa, e como é ser pesquisadora. Muito obrigada!

Agradeço ao meu colega de pesquisa Nicolas pela amizade e por todo apoio, desde o início da nossa trajetória pesquisando na Iniciação Científica, em 2021, até a produção do trabalho de conclusão de curso.

Agradeço ao professor Felipe Cordeiro pelas valiosas falas, conversas e aulas ao final da minha trajetória acadêmica. Foram suas aulas que despertaram meu interesse para resgatar um pouco de mim e do meu interesse acadêmico, através das suas matérias essenciais, desde Fundamentos da América Latina III até Raça e Racismo nas Relações Internacionais.

Agradeço aos meus amigos por todo amor, apoio, companheirismo e incentivos, desde o início da faculdade. E ao Romero, por ter sido o principal incentivador para que não perdesse a oportunidade de participar do projeto de iniciação científica que marcou minha caminhada.

*“[...] O projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global. Indistintamente, seus movimentos vão, desde onde estejam as populações de cor acidentadas pela modernidade colonialista até a encruzilhada, buscar alimento analítico para a fome histórica de justiça.”*

**Carla Akotirene**

## RESUMO

O trabalho tem como objetivo explorar as produções de feministas negras brasileiras e de que forma elas podem se encaixar na disciplinados Estudos da Paz, considerando a abertura da disciplina para os debates feministas e perspectivas mais críticas a partir dos anos 80, com o aspecto de Paz positiva proposto por Johan Galtung. A incorporação da interseccionalidade, do movimento e pensamento feminista negro, para as análises do nível individual ao sistêmico, se observa como necessária para pluralizar os campos de pesquisa e atuação, considerando múltiplas intersecções. Nesse sentido de pluralizar os Estudos para a Paz, também é abordada a questão da colonialidade e os silêncios epistêmicos produzidos por ela no campo dos saberes. O recorte temático recai sobre o diálogo entre o feminismo negro brasileiro e os Estudos da Paz, na medida em que o movimento tem caráter emancipatório e crítico, observa as especificidades do Brasil, e propões pensar a paz em uma perspectiva positiva, do Brasil para o Brasil. A ótica interseccional possibilita reconhecer uma maior amplitude de problemas que devem ser temas centrais à disciplina, considerando a realidade brasileira, sendo uma contribuição necessária para o entendimento do mundo atual em seus vários níveis necessários de análise e interpretação da realidade.

**Palavras-chave:** Colonialidade, Feminismo Negro Brasileiro, Estudos da Paz e Interseccionalidade.

## RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo explorar las producciones de las feministas negras brasileñas y cómo pueden encajar en la disciplina de los Estudios de Paz, considerando la apertura de la disciplina a debates feministas y perspectivas más críticas a partir de los años 80, con el aspecto de Paz Positiva propuesto por Johan Galtung. La incorporación de la interseccionalidad, del movimiento y pensamiento feminista negro, para el análisis desde el nivel individual al sistémico, se ve como necesaria para pluralizar los campos de investigación y acción, considerando múltiples intersecciones. En este sentido de pluralización de los Estudios de Paz, también se aborda la cuestión de la colonialidad y los silencios epistémicos que ésta produce en el campo del conocimiento. El enfoque temático se centra en el diálogo entre el feminismo negro brasileño y los Estudios de Paz, en la medida en que el movimiento tiene un carácter emancipatorio y crítico, observa las especificidades de Brasil y propone pensar la paz en una perspectiva positiva, de Brasil a Brasil. La perspectiva interseccional permite reconocer una mayor amplitud de problemáticas que deberían ser temas centrales para la disciplina, considerando la realidad brasileña, siendo una contribución necesaria para la comprensión del mundo actual en sus diversos niveles necesarios de análisis e interpretación de la realidad.

**Palabras clave:** Colonialidad, Feminismo Negro Brasileño, Estudios de Paz y Interseccionalidad.

## SUMMARY

The work aims to explore the productions of black Brazilian feminists and how they can fit into the discipline of Peace Studies, considering the opening of the discipline to feminist debates and more critical perspectives from the 80s, with the aspect of Positive Peace proposed by Johan Galtung. The incorporation of intersectionality, of the black feminist movement and thought, for the analysis of the individual to the systemic level, is seen as necessary to pluralize the fields of research and action, considering multiple intersections. In this sense of pluralizing Peace Studies, the issue of coloniality and the epistemic silences produced by it in the field of knowledge is also addressed. The thematic focus is on the dialogue between black Brazilian feminism and Peace Studies, insofar as the movement has an emancipatory and critical character, observes the specificities of Brazil, and proposes to think about peace in a positive perspective, from Brazil to Brazil. The intersectional perspective makes it possible to recognize a greater breadth of problems that should be central themes to the discipline, considering the Brazilian reality, being a necessary contribution to the understanding of the current world in its various necessary levels of analysis and interpretation of reality.

**Keywords:** Coloniality, Brazilian Black Feminism, Peace Studies and Intersectionality.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A typology of Violence.....	24
Figura 2: Fotografia de Lélia Gonzalez .....	39
Figura 3: Fotografia de Beatriz Nascimento .....	46
Figura 4: Fotografia de Sueli Carneiro .....	53

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Anpocs	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
DEISO	Departamento de Indicadores Sociais
ENMN	1º Encontro Nacional de Mulheres Negras
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCN	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações Não Governamentais
PEA	População Economicamente Ativa
PRIIO	International Peace Research Institute
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. O CAMPO DOS ESTUDOS PARA A PAZ E A COLONIALIDADE</b>	<b>18</b>
1.1. PAZ COMO OBJETO DE ESTUDO .....	18
1.2. JOHAN GALTUNG E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PAZ.....	22
1.2.1. As dimensões de violência e paz, a partir de Galtung .....	22
1.3 UM OBSTÁCULO NO PROJETO EMANCIPATÓRIO DO CAMPO DE ESTUDOS PARA A PAZ: A COLONIALIDADE .....	27
1.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	32
<b>2. O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO NO BRASIL</b>	<b>34</b>
2.1. A ÓTICA DA INTERSECCIONALIDADE ATRAVÉS DO MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO .....	34
2.2. A MANIFESTAÇÃO DA INTERSECCIONALIDADE NAS PRODUÇÕES DE FEMINISTAS NEGRAS DO BRASIL: LÉLIA GONZALEZ, BEATRIZ NACSIMENTO E SUELI CARNEIRO.....	38
2.2.1 Lélia Gonzalez (1935 – 1994).....	39
2.2.2. Beatriz Nascimento (1942 – 1995) .....	46
2.2.3. Sueli Carneiro (1950).....	53
2.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	64
<b>3. A INCORPORAÇÃO DO ASPECTO INTERSECCIONAL DO FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO PARA A PAZ</b>	<b>66</b>
3.1 RETOMANDO OS ESTUDOS PARA A PAZ E ELEMENTOS IMPORTANTES .....	66
3.2. QUAL É A RELEVÂNCIA DAS PRODUÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS PARA A PAZ?.....	68
3.3. AS VOZES DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS CLAMAM POR PAZ .....	70
3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	74
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>81</b>

## INTRODUÇÃO

Os Estudos da Paz englobam uma disciplina institucionalizada por volta da década de 60, que se compromete com a não-violência, demonstrando a paz para além de um ideal utópico, mas também como objeto de estudo que pode ser posto em prática por ações e políticas concretas. A agenda desta área estuda questões de segurança, conflito e a resolução deles, operações de paz, questões de armamento, reconstrução pós bélica, condições para paz, violência estrutural e cultural, entre outros temas, sendo os últimos os centrais para a discussão desta tese. Inicialmente conhecida como pesquisa do conflito, buscou no behaviorismo ferramentas metodológicas utilizadas por analistas e estrategistas para legitimação dos conhecimentos produzidos como científicos (OLIVEIRA, 2017, p. 151). A ideia era buscar resoluções pacíficas e prevenção de conflitos, desenvolvendo uma “ciência normativa” da paz, a partir do teor negativo da guerra e da violência.

A evolução para “Estudos da Paz” ou “Estudos para a Paz” ocorre com as contribuições de Johan Galtung e uma abertura às abordagens mais críticas e reflexivas, influenciadas pelo feminismo, construtivismo, pós-estruturalismo, pós-colonialismo e por críticas, além da novidade dos conceitos de violência cultural e estrutural, a partir de 1980 e 1990 (OLIVEIRA, 2017, p. 152). A disciplina desde o princípio, se posicionou contra as tendências realistas das Relações Internacionais, principalmente sobre a definição minimalista da paz ser a ausência de guerra ou violência direta, então a ideia era: pensar sobre a paz como objeto de estudo acadêmico, através de um compromisso ético com a não-violência e o propósito político na produção acadêmica (OLIVEIRA, 2017, p. 153)

Acerca da expansão de abordagens do campo dos Estudos da Paz, assim como ocorreu dentro das Relações Internacionais no seu Terceiro Debate, surge a influência do “movimento feminista” que tem referência no Feminismo Liberal, o qual ganhou visibilidade como “feminismo” após os movimentos sufragistas do século 20. Em geral, essa influência trouxe a busca pelos direitos das mulheres e os questionamentos dos efeitos da estrutura patriarcal sobre o gênero, defendendo uma ideia de mulher universal. Atualmente existem muitas vertentes do feminismo, que trazem consigo o questionamento: já não basta um feminismo? O problema criado por essa universalidade da mulher, do feminismo liberal, é a invisibilização dos múltiplos

contextos existentes nesse mundo plural, onde questões de classe, sexualidade e raça também influenciam. Essas vertentes surgem para suprir lacunas de problematizações deixadas pela teoria *mainstream* (liberal), que na prática só se preocupa, em geral, com os interesses de mulheres brancas, cis gênero, hétero e de classe média.

A mulher negra não se encaixava nas lutas feministas da época e ainda era questionada de sua luta junto aos movimentos antirracistas, já que eram majoritariamente pelos direitos dos homens negros. O espaço para elas era tão pequeno em cada uma dessas lutas, que não abrangia a totalidade do que é ser uma mulher negra e de suas necessidades. Para isso então surge o feminismo negro, que compreende o que é ser, não apenas uma mulher, mas uma mulher negra, numa sociedade moldada pelo colonialismo e patriarcado, sofrendo de múltiplas opressões e lutando todos os dias contra elas para sobreviver e se entender como pessoa.

O movimento feminista negro ganha força também na década de 80, mas não surge ali, pois a luta de mulheres negras tem sido constante desde que conseguiram ocupar espaços e fizeram suas vozes serem ouvidas. A mulher negra e sua existência se encontram numa situação onde é afetada tanto pelas violências raciais, quanto as violências de gênero, situação compreendida e sentida apenas por mulheres racializadas, como as mulheres negras, sendo então acolhidas pelo feminismo negro. Portanto, as grandes mulheres negras e ativistas, buscam questionar o conceito de mulher universal, reconhecendo o olhar interseccional necessário para entender a vivência de uma mulher negra.

O feminismo negro usa da compreensão dos conceitos de interseccionalidade e da matriz de opressão e tem temas centrais de debate, para compreender a dimensão do pensamento, sendo eles: o poder da autodefinição, a política de empoderamento, imagens de controle, política sexual, trabalho, família e opressão, dentre outros (COLLINS, 2019). Além disso, recupera escritos e contribuições de grandes mulheres negras apagadas durante a história, dando espaço para a intelectualidade delas ser prestigiada da forma que deveriam ter sido desde suas épocas, sem deixar de reverenciar intelectuais negras da atualidade. É importante apontar que o pensamento feminista negro foi registrado através do livro de Patricia Hill Collins, estadunidense, mas ao se tratar do Brasil tivemos outros

desenvolvimentos do movimento e pensamento, semelhantes, porém a partir da realidade brasileira.

O pensamento feminista negro busca emancipar a mulher preta, expondo os mecanismos advindos do colonialismo, para compreensão de sua vivência. É possível compreender que suas denúncias expõem o que autores decoloniais vieram a chamar de colonialidade. A colonialidade é a ferramenta de dominação colonial que não acaba com o fim do colonialismo, mas se adapta e continua se adaptando às múltiplas realidades. Ela envolve o lado subjetivo do projeto da modernidade, para hierarquizar e organizar o mundo. A alteridade conferida pela colonialidade serviu e ainda serve como modo de perpetuação das relações coloniais, sendo um subconsciente enraizado nas sociedades e também na produção de conhecimento das mesmas. É notável a invisibilização das dinâmicas da raça ao observar as teorias mais hegemônicas, temos como exemplo a área de Relações Internacionais suas teorias, onde o não reconhecimento da importância de compreender as dimensões de raça e branquitude<sup>1</sup> nesses estudos é uma forma de perpetuar a estrutura hegemônica de conhecimento e mundo (SILVA, 2021, p. 38).

O que isso tem a ver com Estudos da Paz? Assim como o feminismo negro tem preocupações sociais, com debates extremamente válidos à nossa realidade atual, os estudos para paz também vêm adquirindo um teor de preocupações mais sociais, saindo um pouco da limitada ideia da dualidade de paz e guerra, expandindo o primeiro conceito para além da simples ausência de violência. Este trabalho busca estabelecer uma ponte entre os Estudos da Paz e o Feminismo negro, observando a potencialidade analítica da interseccionalidade como ferramenta de investigação. Também se busca quais contribuições temáticas são possíveis a partir da ótica interseccional de mulheres negras dentro da disciplina que busca a Paz.

Retomando a expansão do campo de pesquisa, há um vasto repertório de contribuições de feministas negras brasileiras que, ao serem incorporadas aos diálogos sobre paz, podem oferecer uma pluralização do que se pode entender como paz e como é possível construí-la no Brasil, buscando um teor mais crítico e

---

<sup>1</sup> Ler mais sobre no livro “O Pacto da Branquitude” de Cida Bento. BENTO, Cida. O Pacto da Branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

emancipatório. Observando também a questão da colonialidade do saber, a perspectiva de feministas negras se faz necessária para questionar a estrutura por trás da construção e produção dos conhecimentos na disciplina, fornecendo uma criticidade múltipla, de todas as intersecções que passam pelo indivíduo. A construção desse trabalho, através de uma pesquisa feita por uma mulher negra, pelas mulheres negras e para o mundo em geral, faz parte de um projeto emancipatório como o proposto por Djamila Ribeiro em seu livro "O que é lugar de fala?"(2017), visto que: é necessário construir espaços de visibilidade para a luta diária de pessoas negras por suas vidas.

Já não é suficiente tratar a luta pelas desigualdades através de olhares hegemônicos, neutros, universalizantes no ambiente acadêmico, o ambiente que têm o privilégio de produzir conhecimentos e transformar a realidade não pode mais ser o mesmo que muitas vezes invisibiliza outros saberes, e com eles as consideradas Outras realidades. Esse trabalho também faz parte do projeto do pensamento feminista negro, presente no livro de mesmo nome, da Patricia Hill Collins, sobre a importância da autodeterminação, já é hora de as mulheres negras terem a liberdade de falar por si e sobre si (RIBEIRO, 2017, p. 46). Além disso, o presente trabalho contribui para o repertório de produções brasileiras sobre Estudos da Paz, visto que o número de bibliografias brasileiras é baixo e os Estudos da Paz ainda estão marginalizados no meio acadêmico brasileiro, como observou o autor Gilberto Oliveira (OLIVEIRA, 2017, p. 150).

Uma vez, Angela Davis comentou sobre como se referenciam ao feminismo negro desenvolvido nos EUA como um modelo, mas que pensando sobre o Brasil, sendo o país com mais afrodescendentes do mundo, é necessário compartilhar experiências e aprender com elas<sup>2</sup>. Então primeiramente, supõe-se que é possível incorporar a interseccionalidade, presente nas construções críticas do movimento e de suas intelectuais, mas no caso brasileiro, busca-se quais as possíveis contribuições para os Estudos para a Paz a partir da especificidade feminista negra do país e dos escritos de suas autoras-referência.

---

<sup>2</sup> Ver entrevista com Angela Davis em: ANGELA Davis e o feminismo negro | PUCRS Online. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N1s0PG94d1o>. Acesso em: 9 jul. 2022.

O trabalho buscará, através da ferramenta metodológica de revisão bibliográfica, delinear essas possíveis contribuições temáticas do feminismo negro brasileiro e demonstrar a necessidade do reconhecimento das autoras, para uma projeção internacional e nacional melhor de grupos invisibilizados historicamente e epistemologicamente no Brasil. O trabalho delinea algumas contribuições do giro decolonial, ao se pensar sobre a necessidade de decolonizar as disciplinas, no mesmo passo que demonstra a visão de denúncia da colonialidade, mas em outras palavras, por parte do feminismo negro. O ponto fundamental de discussão é alcance do teor emancipatório dos estudos da paz ao se fazerem conhecidas as violências, sejam, diretas, estruturais e/ou culturais, permeadas pela colonialidade do poder e expostas por mulheres negras em busca de uma justiça social interseccional. A paz, noção que abrange a paz negativa, positiva e cultural, deve ser interseccional, observando a matriz de opressão ou a matriz colonial de poder que articula as violências.

O primeiro capítulo do trabalho vai delinear a história do campo de Estudos para a Paz e seus entraves como disciplina institucionalizada, posteriormente desenvolvendo a perspectiva social que surge com as contribuições conceituais de Johan Galtung, diferenciando a paz negativa da paz positiva e suas relações com os múltiplos tipos de violência. Serão trabalhadas as características dos estudos, suas epistemologias negativa e positiva, de forma geral, e buscando aprofundar-se sobre os elementos fundamentais para a argumentação, constituintes da paz positiva e contribuições de Galtung, que são: a violência estrutural e a cultural. Os conceitos de colonialidade do poder e colonialidade do saber serão desenvolvidos ao final do capítulo, já que são utilizados para o entendimento da necessidade de produção de vozes ainda consideradas subalternas dentro de ambientes acadêmicos. Aliados à linguagem científica, como ideal estrutural da razão universal, até hoje perpetuada nos escritos na Academia, realizam a manutenção de uma estrutura que privilegia e aceita apenas contribuições de um olhar neutro, sem observar as origens, história, gênero e etc.

No segundo capítulo são abordadas três autoras negras brasileiras importantes para o movimento feminista negro brasileiro, observando alguns temas de suas obras e delineando as preocupações sobre a situação da mulher negra no país. As autoras escolhidas foram: Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento. É necessário ressaltar que o trabalho será centrado em entender como a visão do feminismo negro

brasileiro é interseccional, mesmo sem o uso do termo interseccionalidade, já que as autoras escolhidas e seus trabalhos são de meados da década de 70 e 80. Logo, a noção de interseccionalidade é apresentada e sua ótica de análise é traduzida na compreensão dos debates feitos por Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, especificamente em trabalhos sobre a mulher negra.

Já no terceiro capítulo, busca-se estabelecer o porquê de se incorporar e destacar os trabalhos dessas autoras como relevantes para a construção da paz e para a construção dos Estudos da Paz como disciplina acadêmica não excludente. É retomada a funcionalidade e importância da interseccionalidade do feminismo negro, junto aos conceitos da epistemologia positiva e preocupação social dos estudos da paz. Essa preocupação vem a ser a ponte de encontro entre feminismo negro brasileiro e os Estudos, a inserção da visão interseccional a partir da mulher negra no Brasil por mulheres negras brasileiras.

## **1. O CAMPO DOS ESTUDOS PARA A PAZ E A COLONIALIDADE**

Neste capítulo será realizado um breve mapeamento do campo dos Estudos para a Paz, através do desenvolvimento teórico de três sessões. A primeira sessão aborda o porquê de paz como objeto de estudo, desde o surgimento do campo de estudos, seus entraves ao longo do desenvolvimento da disciplina, até a prospecções de futuro a partir de alguns artigos de autores do campo. Já a segunda sessão, buscará contextualizar quem foi Johan Galtung e sua importância nos Estudos da Paz, e trazendo algumas de suas principais contribuições teóricas, acerca de violência e paz, necessárias para a argumentação final da tese.

A fim de complementar a argumentação, a terceira sessão será estruturada delineando a colonialidade e sua relação com o campo de Estudos para a paz, restringindo-se à crítica direcionada à estrutura de produção de conhecimentos. É importante trazer tal denúncia, visto que a proposta do trabalho é valorizar e incorporar a ótica de análise de um grupo silenciado pelas estruturas coloniais de dominação epistêmica. Ao final serão realizadas considerações parciais sobre o capítulo.

### **1.1. PAZ COMO OBJETO DE ESTUDO**

O que é paz? Uma palavra cujo significado se altera, não somente, ao longo da linha histórica do tempo, como também entre culturas, religiões e de indivíduo para indivíduo. Um consenso que se pode encontrar é que a paz invoca um estado de harmonia e não-violência na maioria de suas definições. Em um momento inicial a paz pode ser entendida apenas como a ausência de violência, mas num mundo com a complexidade de relações e de conflitos, se torna um entendimento raso. Temos como exemplo dessa ideia a Pax romana, que tem o sentido comum de ausência de guerra, onde atores se obrigam a não usar violência diretas (GALTUNG, 1999, p. 4).

Enquanto isso, em outras culturas pode se encontrar um sentido mais amplo da paz, para além da ausência de violência, como a paz grega, hebraica e árabe que derivam-se dos conceitos de justiça, equidade, igualdade e liberdade (GALTUNG, 1999, p. 4). A paz como conceito mais amplo faz os olhares se voltarem também à violência estrutural, tipo de violência importante de ser entendido e exposto, já que como Johan Galtung observa: alguns conceitos permitem o uso de violência estrutural,

não reconhecendo que mesmo sem a violência direta, a violência estrutural ainda pode estar presente (1999, p. 4).

Os Estudos para a paz e a paz como objeto de estudo surgem formalmente no momento pós-guerra de 1945, motivados pelas falhas de movimentos na prevenção do estopim das Grandes Guerras Mundiais conhecidas, com o objetivo de ser uma ciência da paz, para entender como prevenir guerras futuras (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999, p. 740). A necessidade de um campo de estudos sobre paz e conflito já era sentida desde o acontecimento histórico da primeira guerra mundial, porém os esforços para a institucionalização foram muito esparsos, não tendo força suficiente para o estabelecimento efetivo e oficial. Entretanto, a partir do fim da segunda guerra mundial e a nova ameaça do uso de armas nucleares em conflitos, surge novamente a urgência.

A proposta do campo de estudos, almejava a compreensão do que antecede os conflitos, ou as violências, não apenas o que se pode fazer depois que ocorrem. A paz não poderia mais ser vista apenas como um ideal utópico, mas como um objeto a ser estudado dentro da academia para, por fim, “ser colocado em prática através de políticas concretas” (OLIVEIRA, 2017, p. 149). A partir da perspectiva de Johan Galtung, ao longo dos anos, os variados conceitos de paz das diferentes sociedades capturou apenas alguns aspectos que seriam importantes para a paz de fato, Galtung propõe que um dos objetivos da pesquisa para a paz é unir essas perspectivas (1999, p. 6). Ele não reconhece somente isso, como também a necessidade de se alcançar a paz em diversos níveis, e com isso podem ser desenvolvidos estudos que tem o foco em evitar a violência direta, como é o caso da agenda minimalista do campo de estudos, e estudos que focam no aspecto de justiça social, sendo eles classificados com epistemologias negativa e positiva.

Para entender a caminhada do campo até agora, o autor Håkan Wiberg em seu artigo “Investigação para a Paz: Passado, presente e futuro” (2005) delinea a história da Investigação para a Paz através de três “crises”. As crises de 1970, 1980 e 1990, são entendidas pelo autor como momentos de oportunidade, onde houveram questionamentos sobre essa investigação e sua(s) agenda(s).

A primeira crise correspondeu ao momento de embate entre a “velha agenda” e a “nova agenda”, em um momento onde o campo estava em expansão e novas tradições eram agregadas (2005, p. 24). A velha agenda seria o que Johan Galtung

chamaria de epistemologia negativa nos Estudos da Paz, onde são investigadas dinâmicas armamentistas, causas de guerras, sistemas de paz, questões de segurança, entre outros. Temas que circulam em torno de ações do Estado e conflitos observáveis. Já a nova agenda traz um propósito de resolução de conflitos através de um ideal emancipatório, criticando a velha agenda de ser uma investigação de teor liberal para a paz (2005, p. 24). Portanto os resultados da primeira crise se mostraram na expansão da área, surgimento de novas revistas, institutos e pesquisas durante a década de 60 e 70.

A segunda crise foi marcada pelo que Wiberg chamou de crise de identidade da Investigação para a Paz (2005, p. 25). Foi consequência dos resultados da primeira crise, onde Institutos de pesquisa sobre paz ou se ativeram a uma agenda mais definida de assuntos ou agendas mais abrangentes. No caso dos primeiros, em geral obtiveram mais sucesso em questões de manutenção e sobrevivência do instituto, ao reduzirem o número de grandes programas de investigação, enquanto os segundos, em muitos casos, se perderam e acabaram por se dissolver ou passaram por crises extensas. Apesar da crise parecer negativa, ainda mais se tratando de institutos se dissolvendo, foi um momento marcado pela constante expansão do campo.

A terceira crise veio a partir do fim da Guerra Fria, a qual poucos previram e alguns questionamentos se desdobraram sobre quais caminhos o campo de estudos poderia seguir. Em 1996 Galtung propõe uma epistemologia ideal de Investigação para a Paz, apresentando um triângulo composto por valores, teoria e dados (WIBERG, 2005, p. 27). Pensando na diferença de valores carregados por investigadores e seus institutos, os conceitos de paz negativa e paz positiva são aceitos. Também os autores podem usar de diferenciadas teorias para investigar a paz, e os dados são fundamentais para uma avaliação empírica da resolução de conflito a ser proposta. Então pensar em uma investigação para a paz para políticas concretas pode adquirir posições diferentes, de orientações, recomendações, diálogos e até previsões, mas tudo depende do conjunto de fatores, como estrutura política, assunto a ser tratado, questões sociais (WIBERG, 2005, p. 32).

Outros autores, como Paul Rogers e Oliver Ramsbotham, no artigo “Then and Now: Peace Research - Past and Future”(1999), propuseram 7 caminhos que os Estudos para a Paz deveriam seguir, baseados nas características iniciais do campo e as críticas que surgiram ao longo da caminhada. É importante, primeiramente, ressaltar o que os autores previam para a conjuntura dos primeiros 30 anos do século

21. Para eles, as desigualdades de distribuição de riquezas e de poder econômico, contínuas e enraizadas, ditariam as tendências de segurança global e condicionariam ao cenário global de uma crescente polarização socioeconômica (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999, p. 749). Não somente os aspectos econômicos afetariam, mas também a questão ambiental acentuada de exploração e escassez de recursos.

No primeiro caminho se concentram três áreas principais de desenvolvimento dos estudos: a primeira área seria de prevenção de crises e ações imediatas, *peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding*; A segunda: processos de longo termo, resolução de conflitos e transformação de conflitos, levando em contas aspectos estruturais, culturais e contextuais; E por fim, a terceira área se concentraria na redefinição do conceito de segurança, dadas as condições do mundo, interconexões de problemas internacionais e relações econômicas (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999, p. 750)

O objetivo de ser um campo de pesquisa interdisciplinar seria o segundo rumo, visto que não podemos esperar que haja apenas um caminho ou método para a paz, ou para a compreensão dela. Se apenas uma perspectiva fosse considerada, seria como presumir, dentro das relações internacionais, que o realismo é o único que pode explicar como as coisas funcionam. Os próximos dois rumos abordam a importância de se retomar o objetivo de justiça social e paz por meios pacíficos, prezando pela não violência em processos políticos e mudanças sociais, e a importância da análise multinível, devido à complexidade dos conflitos. Por fim, os últimos três rumos tratam da importância de uma contribuição multicultural para as perspectivas de paz, a necessidade de os estudos serem uma combinação de análise objetiva com compromisso normativo e da relação próxima entre teoria e prática.

De forma geral, o campo de Estudos para a Paz foi se transformando e crescendo desde a década de 60, e o autor Johan Galtung, já citado anteriormente, aparece como referência para entender o porquê de se ter uma disciplina que aborda a paz como objeto de estudo. Não somente o autor fornece justificativas e objetivos, como também proporcionou mudanças significativas no campo através de suas contribuições teóricas. A seguir, serão exploradas algumas das contribuições importantes de Johan Galtung para o desenvolvimento deste trabalho.

## **1.2. JOHAN GALTUNG E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PAZ**

Nascido em 24 de outubro de 1930, na Noruega, teve inspiração a partir da sua vivência observando o trabalho de seu pai como médico salvando vidas no período da Segunda Guerra Mundial. Quando iniciou seus estudos em Helsinki, cidade norueguesa, buscou por livros sobre pesquisa de paz, mas não obteve respostas positivas da sua busca. Na época, o estudante começou a se questionar o porquê existiam tantos livros sobre guerra e estratégia militar, mas não sobre paz, e decidiu que aquele seria seu chamado de vida. Galtung é fundador, junto à sua primeira esposa, Ingrid Eide, do primeiro instituto de pesquisa sobre paz com a palavra paz no nome, o International Peace Research Institute (PRIO) (GALTUNG; FISCHER, 2013, p. 8). Serão delineadas algumas de suas contribuições, entre suas principais, e o enfoque deste trabalho será sobre sua perspectiva de paz positiva e sua relação com violência estrutural e violência cultural.

### **1.2.1. AS DIMENSÕES DE VIOLÊNCIA E PAZ, A PARTIR DE GALTUNG**

Nos estudos da paz, um dos aspectos notáveis frente às tradições clássicas é a valorização da análise multinível, observando os níveis que compõem os conflitos, do individual ao internacional, fugindo um pouco da convencionalidade do Estado como peça central de análise e expandindo as fronteiras de conflitos. Entendendo que há uma distinção entre violência pessoal e violência estrutural, e a paz está ligada à ausência de violência, então existem dois lados ou aspectos de paz. Esse teor se apresenta no desdobramento de epistemologia positiva dos estudos da paz, que expande os domínios da epistemologia negativa, conceitos de Galtung. A paz negativa seria uma concepção minimalista de negação em relação a paz, conectando-a à mera ausência de violências diretas ou de guerra, utilizando-se de uma análise direcionada aos Estados ou atores principais de violência, e diz respeito ao entendimento dos conflitos, das causas, dinâmicas e resoluções. A paz positiva, pelo contrário, abrange todos os aspectos possíveis integrantes da paz, incluindo mentalidades, relações e transformações, não apenas sociais como também econômicas, entre outros, com a atenção voltada a integração humana (OLIVEIRA, 2017).

De acordo com o artigo de Oliveira (2017), Galtung introduz os conceitos de violência estrutural e cultural para desenvolver esse aspecto positivo, adquirindo um caráter emancipatório e reflexivo. Ele propõe o conceito de violência estrutural, ao final

da década de 60, como resposta à pesquisadores críticos marxistas, que acusaram a disciplina de estar num caminho para conformação do sistema e não à mudança dele, podendo muito bem ser utilizada para fins de manutenção dos que estão no poder:

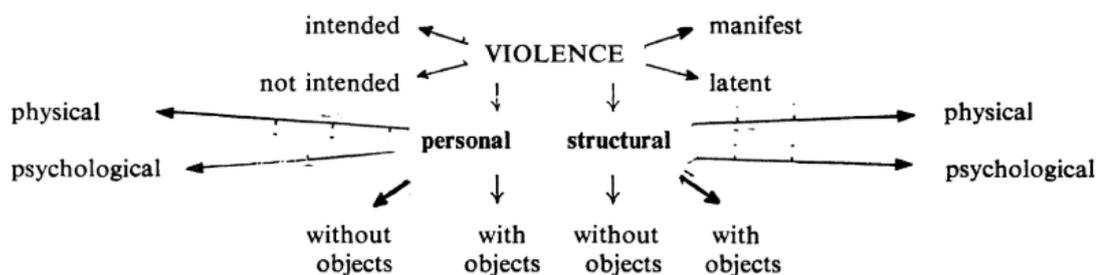
Definida como uma forma indireta de violência, cujas raízes estão na distribuição desigual de poder e de recursos nas sociedades ou entre as sociedades, a violência estrutural chama a atenção para um tipo de violência quase sempre latente, invisível ou disfarçada, que resulta das desigualdades sociais, das injustiças, da pobreza, da exploração e da opressão. Desse modo, se o conceito de paz negativa se define pela ausência de violência direta, o conceito de paz positiva passa a ser definido como a ausência de violência estrutural e a ser articulado por Galtung através da noção de justiça social. (OLIVEIRA, 2017)

Segundo Oliveira, mais tarde, na década de 70, Galtung traz os conceitos de *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*, que são formas de intervir em conflitos violentos em nome da paz. O *peacekeeping* é conhecido pelas práticas de manutenção da paz, ou de intervenções, coordenadas pela ONU, principalmente durante a Guerra Fria (OLIVEIRA, 2017), constituindo uma prática da paz negativa ao ter uma abordagem que se limita a garantir a não violência entre os envolvidos no conflito. O *peacemaking*, é sobre a tentativa de se reestabelecer a paz, ainda numa perspectiva de paz negativa, cessando quaisquer violências diretas através de um acordo ratificado entre os envolvidos, e depende da "boa vontade" deles para funcionar efetivamente. Já o *peacebuilding*, traduzido como construção da paz, observa a necessidade de superar a violência estrutural, tendo um aspecto de paz positiva, para acabar com o conflito desde a base que o estrutura. A disparidade entre indivíduos é a peça chave a ser encaixada para entender todo conflito e "cortar o mal pela raiz".

Os estudos da paz no momento pós-Guerra Fria recebem outra grande contribuição de Galtung, ao conceituar a violência cultural, localizada na dimensão simbólica, ele identifica que os aspectos culturais podem legitimar a violência estrutural como normal, realizando de formas sutis a manutenção de determinadas ordens sociais e influenciando na construção de identidades coletivas. O autor, Gilberto Oliveira faz uma observação muito interessante sobre as construções simbólicas serem fundadas em binaridades, o que pode se relacionar com a ideia de colonialidade sobre a construção do Outro, uma violência simbólica evidente do colonialismo, assunto a ser entendido de forma mais clara na próxima sessão.

No artigo “Violence, Peace, and Peace Research”, Johan Galtung (1969) busca definir as múltiplas dimensões de violência, e como a paz em geral está ligada à violência, existem também múltiplas formas de paz. Ele constrói uma figura sobre a tipologia de violência, demonstrando como as dimensões de violência se desdobram em múltiplas categorias, sendo intencional, não intencional, manifesta (observável), latente, pessoal e estrutural (GALTUNG, 1969, p. 169–172). A violência estrutural pode ser subcategorização em física, psicológica, com objetos e sem objetos, da mesma forma que a violência pessoal pode ser categorizada. (Figura 1)

Figura 1: A tipology of Violence



Fonte: (GALTUNG, 1969, p. 173)

A atenção tradicional sobre violência, sempre se voltou ao pessoal e direto, ou seja, a violência onde se observa o sujeito e objeto, ou situação em que se observa o ato. O autor descreve como na violência direta o sujeito que sofre a violência direta pode reclamar da situação, enquanto o sujeito que sofre com a violência indireta acaba por ser persuadido a não notar que está sob a ação de uma violência estrutural. Ele descreve a percepção de violência estrutural numa sociedade como:

Structural violence is silent, it does not show - it is essentially static, it *is* the tranquil waters. In a static society, personal violence will be registered, whereas structural violence may be seen as about as natural as the be registered, whereas structural violence may be seen as about as natural as the air around us. (GALTUNG, 1969, p. 173).<sup>3</sup>

A real contribuição do campo dos estudos da paz é buscar pela paz em seu sentido expandido, abraçando as causas da paz positiva e negativa, sem priorizar uma

<sup>3</sup> Tradução própria: “A violência estrutural é silenciosa, não mostra - é essencialmente estática, são as águas tranquilas. Em uma sociedade estática, a violência pessoal será registrada, enquanto a violência estrutural pode ser vista como tão natural quanto o ar ao nosso redor”

ou outra, pois ambas influenciam no estabelecimento da Paz para todos e eliminação de violências diretas e estruturais. No ano de 1969 Galtung estava trabalhando no Centro de Estudos Gandhianos, na Índia, quando observando a realidade cotidiana de pessoas vivendo pelas ruas, passando fome, doentes sem qualquer auxílio e a espera da morte, percebeu que essa vivência é um tipo de violência, que mata tantas pessoas a cada dia quanto conflitos explícitos (GALTUNG; FISCHER, 2013, p. 11). A violência estrutural é chamada também de injustiça social pelo autor, uma vez que a distribuição desigual de poder mostra que os recursos básicos para a sobrevivência ou apenas a vivência digna de um indivíduo ou grupo é decidida também de forma desigual, por poucos. Nesse fato de existirem recursos que podem evitar de uma pessoa morrer de fome, mas o acesso ao recurso é negado, é cometida uma violência (GALTUNG, 1969, p. 171). Portanto a dimensão da violência se estende às situações que poderiam ser evitadas com os recursos necessários, mas tais recursos são negados ao indivíduo, de forma estruturalmente articulada.

Outro ponto de atenção sobre a gravidade da dimensão de violência estrutural é a invisibilidade sobre ela através das mídias. Se a violência estrutural é tão nociva e presente nas sociedades, por que não é noticiada, em tempos de avanços tecnológicos e uma grande interconexão das redes de comunicação? Num contexto de desenvolvimento teórico mais recente, a partir da década de 1990, surge a proposição do conceito de violência cultural, complementando a dimensão de violência indireta a ser superada para o alcance da Paz. Galtung ressalta que a importância de se estudar também a violência cultural é a compreensão das formas as quais as violências diretas e estruturais são legitimadas, internalizadas e portanto se tornam aceitáveis na sociedade (GALTUNG, 2013a, p. 39). Através desse conceito começam a ser pontuados nos Estudos para a Paz os efeitos de relações de poder e dominação na sociedade, que são constantemente mantidos e questionados por poucos dos que não são afetados por tais violências naturalizadas.

Em seu texto “Cultural Violence” (1990), Johan Galtung demonstra que a violência cultural tem o mecanismo psicológico de internalização, para a legitimação de violências diretas e estruturais. O autor observa alguns diferenciais em relação a temporalidade entre os tipos de violência, sendo a direta um evento, a estrutural um processo que varia com o tempo e a violência cultural invariável (GALTUNG, 1990, p. 294), permanente e de certa forma constante. Neste texto há brevemente a

exemplificação de violência cultural através das ideias racistas que permaneceram ou se adaptaram desde o processo de escravização de povos negros, mostrando o apagamento histórico da escravidão e violência direta:

After some time, direct violence is forgotten, slavery is forgotten, and only two labels show up, pale enough for college textbooks: 'discrimination' for massive structural violence and 'prejudice' for massive cultural violence. Sanitation of language: itself cultural violence. (GALTUNG, 1990, p. 295)<sup>4</sup>

Por trás da violência cultural se observa o fenômeno de quem está no poder usar desta violência para a manutenção do status quo, e conseqüentemente as relações de poder na sociedade. No texto alguns exemplos de violência cultural são trazidos, dentro dos aspectos de religião, artes, linguagem, ideologia, entre outros, a fim de entender como esses elementos podem legitimar as violências. Citando dois exemplos de Galtung, a violência cultural se manifesta na linguagem à medida que, por exemplo, algumas línguas usam de palavras masculinas para se referir à humanidade (abre espaço para o sexismo), e na dimensão ideológica a partir de dicotomias estabelecidas valorizando o "Eu" em detrimento do "Outro" (GALTUNG, 1990, p. 298), pensamento ainda forte da cultura ocidental pós advento da modernidade. Este último exemplo, traz consigo as ideias de superioridade branca, eurocentrismo, e conseqüentemente o racismo, sexismo, entre muitas outras discriminações sociais.

Johan Galtung apresenta a paz como a superação do "Triângulo da Violência" composto pelas violências direta, estrutural e cultural, então para atingir a paz plena, é necessário somar a paz negativa, positiva e cultural. Pensar numa teoria para a paz como uma teoria de saúde, da mesma forma que que é necessário saber as condições para uma vida e corpo saudável, os Estudos para a Paz investigariam as condições para um corpo do mundo saudável. Portanto:

[...] a longa trajetória intelectual de Galtung e os desafios transformativos colocados pela conflitualidade contemporânea reforçam a necessidade de um constante trabalho de conceptualização da paz e de busca de novas perspectivas que sejam capazes de penetrar nas camadas mais profundas, nem sempre visíveis, de um mundo marcado por conflitos cada vez mais

---

<sup>4</sup> Tradução própria: "Pouco tempo depois, violência direta é esquecida, escravidão é esquecida, e apenas dois rótulos aparecem, pálidos o suficiente para livros escolares: 'discriminação' para violência estrutural massiva e 'preconceito' para violência cultural massiva. Saneamento da linguagem: violência cultural em si." (GALTUNG, 1990, p. 295)

complexos, multidimensionais, multiníveis e, portanto, diferentes do conflito macrossocial entre as superpotências que marcou o nascimento dos estudos da paz. (OLIVEIRA, 2017, p. 168)

### **1.3 UM OBSTÁCULO NO PROJETO EMANCIPATÓRIO DO CAMPO DE ESTUDOS PARA A PAZ: A COLONIALIDADE**

Apesar de Johan Galtung fornecer os aportes necessários para se ter uma visão mais ampla da paz e das dimensões de violência, possibilitando um olhar multinível e interdisciplinar, houve uma expressa preocupação em se retomar o objetivo emancipatório da disciplina, desde os autores utilizados no início do capítulo. Essa é uma preocupação com a possibilidade de a disciplina desviar-se de seus objetivos iniciais e acabar por se tornar mais uma ciência instrumentalizada por quem está no poder, ou seja, nada emancipadora. Partindo das conclusões do texto “O desafio crítico dos estudos para a paz” de José Manuel Pureza, o autor em sua análise, propõe três mudanças dentro do campo dos estudos para a paz, para resgatar o potencial crítico e caráter emancipatório, para que não recaia na posição de uma ciência normativa servindo às dinâmicas de dominação e fazendo a manutenção das mesmas. (PUREZA, 2018, p. 84).

A primeira mudança diz respeito à prioridade em se estudar sobre as violências estruturais e culturais, a fim de se ter atenção sobre as condições de desigualdade e subjugação das vidas (PUREZA, 2018, p. 84). O autor acaba por mencionar o caráter da colonialidade por trás dessas violências que é possível de se analisar. A segunda dinâmica de mudança é sobre ampliar os objetos de estudos para a paz, superando os moldes dicotômicos do conhecimento dominante, e cita o aporte do pensamento feminista ao apontar que ele entende os conflitos normalizados e legitimados culturalmente (PUREZA, 2018, p. 85). E por fim, A terceira dinâmica vem através do desafio epistemológico, que deve ser superado através da interdisciplinaridade uma vez almejada, para fugir de imposições hegemônicas e para não servir de instrumentalização (PUREZA, 2018, p. 85).

Resgatar o potencial emancipador dos estudos para a paz passa por rejeitar a existência de qualquer ponto arquimediano imposto como suposta objectividade exterior às vidas e em torno do qual se estruturam cartografias da violência, com a sinalização de violências a ter em conta e de violências negligenciáveis. A focagem no cotidiano pessoal e as desconstruções pós-coloniais e feministas abrem campos imensos de agendamento de guerras e de pazes que a vertigem normalizadora roubou, até hoje, à tarefa

transformadora que os estudos para a paz vieram enunciar. (PUREZA, 2018, p. 86)<sup>5</sup>

O autor traz o elemento da colonialidade como uma possibilidade de se observar o que articula tais violências, e o pós-colonialismo para desconstruir a agenda da disciplina. Com essa inquietação busca-se abordar brevemente o que se entende por pós-colonialismo e o conceito de colonialidade, a partir da decolonialidade, e como pode ser relacionado com os Estudos da Paz. Pureza não foi o primeiro autor a entender as possibilidades da perspectiva pós-colonial. Ramon Blanco em seu artigo “Póscolonizar a Paz?: em busca de uma perspectiva”, de 2010, buscou as contribuições de se observar e entender o mundo através de óticas pós-coloniais, e entendeu que centra-se: no potencial de reflexão mais abrangente sobre as violências, na fuga das binaridades ao se pensar sobre a paz e no espaço dado às reflexões subalternas, de pessoas que foram marginalizadas (BLANCO, 2010, p. 13).

O pós-colonialismo pode ser entendido como o período na história, a partir da metade do século XX, marcado por processos de descolonização e independência de territórios-colônia que estavam sob o regime de uma "metrópole", atingidos pelos objetivos exploratórios do imperialismo até o neocolonialismo (BALLESTRIN, 2013, p. 90). Também pode ser entendido como a ala teórica de estudos desenvolvidos com bases culturais e literárias na década de 80, nos EUA, com caráter descentralizador, crítico à modernidade, e com uma ótica social de discurso, que observa até as opressões - gênero, raça, etnia - como fruto colonial (BALLESTRIN, 2013, p. 90). Tendo em foco o segundo entendimento, é importante destacar a preocupação de que mesmo com essa busca por romper com a exclusão, criticando a modernidade, as pesquisas desenvolvidas nessa época ainda ficaram limitadas ao uso de pensadores europeus como Foucault e Derrida (BLANCO; DELGADO, 2019, p. 600).

Observando tais limitações do pensamento pós-colonial dessa época, quase restrito às referências de autores europeus, surge o grupo Modernidade/Colonialidade no final da década de 90, que buscou abordar as especificidades da América Latina a

---

<sup>5</sup> Tradução própria: “Resgatar o potencial emancipador dos estudos para a paz passa por rejeitar a existência de qualquer ponto arquimediano imposto como suposta objetividade exterior às vidas e em torno do qual se estruturam cartografias da violência, com a sinalização de violências a ter em conta e de violências negligenciáveis. A focagem no cotidiano pessoal e as desconstruções pós-coloniais e feministas abrem campos imensos de agendamento de guerras e de pazes que a vertigem normalizadora roubou, até hoje, à tarefa transformadora que os estudos para a paz vieram enunciar. (PUREZA, 2018, p. 86)<sup>5</sup>

partir de pensadores locais, como forma de combater a reprodução de discursos de fora sobre a região. O grupo teve como característica fundamental um vocabulário comum próprio de conceitos e raciocínios, por exemplo: o conceito de colonialidade, pensado por Aníbal Quijano em 1989 (BALLESTRIN, 2013, p. 97–99). A colonialidade envolve o lado subjetivo da modernidade, e se baseia na ideia de raça criada pelo colonialismo para hierarquizar e organizar o mundo (BALLESTRIN, 2013, p. 100) e antes de compreender sobre ela como um parâmetro que perdura através da colonialidade do poder, é necessário entender como se desenvolve a modernidade. A colonialidade surge como o lado obscuro da modernidade, como diz Walter Mignolo (2011).

De acordo com Luciana Ballestrin, a modernidade foi estabelecida e sustentada através de alguns aspectos, ou entendimentos, a começar pelas noções de desenvolvimento e superioridade atribuídas ao caráter de moderno de uma civilização, ou seja, a Europa considerada moderna por sua trajetória até o suposto desenvolvimento. Também teve aporte da missão moral de desenvolver outros povos considerados "primitivos", sustentando como verdade que o caminho do desenvolvimento a ser seguido é o mesmo pelo qual a Europa caminhou. E por fim, o entendimento de que a guerra no processo de civilizar tem motivo justo colonial, visto que a violência é uma resposta aceita pela modernidade em prol da mesma, e as violências sofridas pelas vítimas são reduzidas a um sacrifício necessário para se tornar parte do ideal de civilização (BALLESTRIN, 2013, p. 102). Compreende-se fundamentalmente que a modernidade e colonialidade foram fundamentadas e sustentadas a partir da criação, subjugação da América (BALLESTRIN, 2013, p. 102) e o eurocentrismo.

Neste trabalho o conceito de colonialidade do poder, originado pelos desenvolvimentos teóricos de Aníbal Quijano, será entendido como um sistema de poder simbólico e prático, que não findou com o fim do colonialismo, e é operacionalizada pela raça e racismo (BLANCO; DELGADO, 2019, p. 602 e 603). Quijano entende como a raça foi naturalizada como passível de ser inferior ou superior (QUIJANO, 2005, p. 108), ocorrendo um processo de racionalização da diferença, presumindo inferioridade e superioridade, e a falha em reconhecer o que difere, essa falha é sobre entender você como superior e o que difere disso está errado, ou com uma divergência que inferioriza (BLANCO; DELGADO, 2019, p. 606). Nesse processo de legitimação da hierarquização da categoria de raça, as raças consideradas

"inferiores" eram tidas como raças que não dotavam de racionalidade, em oposição aos brancos europeus (QUIJANO, 2005, p. 118). Então em termos subjetivos, o colonialismo estabeleceu uma formação de identidades influenciada pelo tom de inferioridade e superioridade entre os povos (BLANCO; DELGADO, 2019, p. 601).

Esse processo de racialização, articulado com a nova organização mundial capitalista, Quijano entende que a colonialidade do poder capitalista mundial é constituída da classificação social racista, criada por colonizadores europeus a fim de estabelecer uma hierarquia de dominados e dominadores, classificando como inferiores as raças diferentes da "branca". A colonialidade do poder é a ferramenta de legitimação dessa hierarquia, que permeia os aspectos sociais e econômicos do mundo desde o início do processo de globalização e estabelecimento do capitalismo mundial (QUIJANO, 2005, p. 107–110).

É possível, não somente inferir, mas afirmar que a modernidade e a colonialidade destituíram o caráter de racionalidade às “raças inferiores”, segundo suas lógicas coloniais, e com isso é importante trazer a percepção do estabelecimento de uma matriz colonial de poder. Mignolo ao discorrer sobre a matriz colonial de poder, entende que ela abrange os aspectos da economia, autoridade, gênero e sexualidade, e conhecimento e subjetividade, e é sustentada pela base racial e base patriarcal de conhecimento (MIGNOLO, 2011, p. 8). A colonialidade age sobre o poder, ser e saber. Aníbal Quijano observou que:

Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (QUIJANO, 2005, p. 110)

A abordagem do controle sobre a produção de conhecimentos estabelecida pela colonialidade, é entendida como a colonialidade do saber, e ela tem relação direta com a geopolítica do conhecimento, que diz respeito ao domínio epistemológico do eurocentrismo, o qual ignora as violências e racismos epistêmicos. O eurocentrismo, como resultado da colonialidade do saber, mostra um domínio epistemológico que nega alteridade, resultando em teorias universalizantes, sexistas, racistas, com uma orientação única de ser produzida de um espaço, sobre o mesmo espaço, mas que deve valer como verdade para todos. O fruto iluminista da linguagem científica, "ponto zero", como ideal estrutural da razão universal, até hoje perpetuado nos escritos acadêmicos é um exemplo de concepção eurocêntrica. Essa estrutura privilegia e

aceita apenas contribuições de um olhar neutro, sem observar as origens, história, gênero, entre outras categorias, a fim de perpetuar a hegemonia na produção de saberes (BALLESTRIN, 2013, p. 103–104).

Portanto a colonialidade, conceito de Aníbal Quijano, compreende sobre a matriz de poder colonial e a colonialidade do poder, mostrando a perduração desses mecanismos desenvolvidos no período colonial (BLANCO; DELGADO, 2019, p. 601). Ao refletir sobre a dominação de perspectivas eurocêntricas, excludentes, é necessário pontuar a problemática crítica dos Estudos para a Paz, por ser um campo que não tem em seu cerne de construção um viés pós-colonial. A disciplina acaba por se desenvolver nas estruturas invisíveis (para alguns) da colonialidade, perpetuando o silêncio dominante sobre a mesma. Sobre a ausência de denúncia à colonialidade e as dinâmicas raciais, que permeiam as estruturas e, conseqüentemente, a configuração das violências investigadas pelo campo de estudos, surge aí um obstáculo na busca por um projeto de emancipação. Não se pode ignorar tais elementos em prol da compreensão de mundo não excludente. O silêncio, segundo a professora Karine Silva:

[...] também é forma de discurso que, intencionalmente ou não, mantém o status quo e reforça as estruturas de dominação que oprimem nações e pessoas, ao passo que calam suas vozes, soterram suas memórias e mostram conivência com a violência, seja intersubjetiva, seja institucional, organizada ou não, que elimina e marginaliza narrativas, agências e corpos. (SILVA, 2021, p. 39)

Buscando então através de contribuições consideradas não hegemônicas e pós-coloniais, no sentido de denúncia à colonialidade e às continuidades do que foi estabelecido estruturalmente pelo colonialismo, a chamada emancipatória e em prol de justiça social dos Estudos para a Paz é uma chamada para as contribuições de autoras do feminismo negro brasileiro. Djamila Ribeiro comenta que:

A pensadora e feminista negra Lélia Gonzalez nos dá uma perspectiva muito interessante sobre esse tema, porque criticava a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população. Ou seja, reconhecendo a equação: quem possuiu o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências do conhecimento. (RIBEIRO, 2017, p. 26 e 27)

O campo de estudos da paz requer interdisciplinaridade, e como exemplo Galtung fala das relações internacionais, Sociologia, psicologia, entre outras. Mas ele aponta também para o fato dessas ciências humanas e sociais serem produto do iluminismo e do sistema de Estados pós-Westfalia (GALTUNG, 2013b, p. 141).

Pensando na construção de um espaço para vozes que não foram ouvidas nos princípios das disciplinas, ou que foram citadas brevemente em algumas abordagens. Os saberes produzidos pelos indivíduos desses grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos hegemônicos, contribuem com o alargamento da disciplina e a construção da paz para quem mais é violentado por múltiplas dimensões de violência. A partir dessas vozes é possível observar como as violências indiretas têm uma dinâmica colonial de poder, e é necessário propor um outro olhar epistêmico, diferente do olhar europeu, branco, cristão, patriarcal e hétero (BLANCO; DELGADO, 2019, p. 602), é necessário um olhar interseccional para os Estudos da Paz.

#### **1.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Com as contribuições trazidas, é importante destacar alguns pontos principais sobre os Estudos para a Paz, que: assume-se a possibilidade de fazer paz construindo paz, incluindo a luta contra as violências indiretas, superando a ideia de a paz ser alcançada por guerras ou apenas observando a ausência de conflito. Outro diferencial é identificado na interdisciplinaridade para obter a máxima compreensão da paz possível, pois um conceito tão amplo e não unidimensional, deve ser interdisciplinar para alcançar os horizontes mais distantes possíveis de explicação, passando da interdisciplinaridade para um diálogo transdisciplinar. Há um projeto de integrar múltiplas abordagens simultaneamente através de uma rede de pesquisadores com contribuições, perspectivas e áreas diferentes dialogando juntos.

Johan Galtung, através de sua inquietação com a necessidade de um campo que pesquisasse sobre paz, desenvolveu ao longo de sua vida trabalhos de relevância no campo de Estudos para a Paz, trazendo conceitos e epistemologias importantes para abranger a complexidade dos conflitos e da violência no mundo. Neste capítulo evidenciou-se seu trabalho de diferenciar os tipos de violência, observáveis e latentes, compreendendo as diferentes manifestações e percepções do indivíduo sobre a violência. Ele apresentou os conceitos de violência estrutural e violência cultural para complementar a noção de que a paz só será alcançada ao conjugar a paz positiva, paz cultural e paz negativa. Pensar sobre a violência indireta (estrutural e cultural), possibilita denúncias sobre questões de injustiça social e violências dentro de variados aspectos da vida (religião, arte, linguagem, etc.) que legitimam as violências diretas e

indiretas na sociedade. Questões de desigualdade de poder e desigualdade socioeconômica também são questões de paz.

A partir da busca por um campo emancipador, principalmente a fim de entender o que estrutura as desigualdades, surge a proposição de superação da colonialidade dentro dos Estudos da Paz, entendendo a configuração herdada pelo colonialismo e mantida pela colonialidade do poder. Essa reflexão indaga sobre as estruturas por trás das configurações das violências abordadas pelos Estudos para a Paz, e também busca a valorização de perspectivas marginalizadas na produção de conhecimento, ampliando o leque reflexivo. Pensando sobre isso, foi necessário delinear a relação entre colonialidade, modernidade e eurocentrismo, a partir de uma breve introdução do que é o pós-colonialismo e as contribuições teóricas da decolonialidade. Também foi necessário apontar para o silêncio existente sobre as dinâmicas de poder e dinâmicas raciais, todas moldadas pela colonialidade.

Com a complexidade de abrangência temática do campo de pesquisa sobre paz, para a compreensão de mundo, as contribuições de Galtung para a expansão da disciplina, juntamente ao ideal de interdisciplinaridade e de transformação de conflito, chega a vez de trazer contribuições de áreas e movimentos que já denunciam questões invisibilizadas por teorias mainstream. Os desenvolvimentos teóricos de Johan Galtung e as expectativas de autores como Rogers e Ramsbotham geram um convite aberto às contribuições de pensadoras negras brasileiras, importantes para o feminismo negro no Brasil. Concomitante à época de desenvolvimento dos Estudos para a Paz, essas autoras delineavam os assuntos necessários para se discutir a paz do Brasil para o Mundo, a partir do nível pessoal, observando o estado de constante conflito e violência vivido por pessoas negras brasileiras.

## **2. O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO NO BRASIL**

Neste capítulo será abordado o pensamento feminista negro no Brasil, através da insurgência do movimento feminista negro brasileiro e suas motivações, desenvolvendo três sessões. Na primeira sessão busca-se observar a ótica interseccional presente na prática e nas reivindicações do feminismo negro, permeando algumas contribuições de Patricia Hill Collins sobre o pensamento feminista negro, as origens das mobilizações de mulheres negra no contexto brasileiro e alguns marcos importantes para se pensar o movimento. Já no desenvolvimento da segunda sessão, o enfoque será sobre três autoras de relevância na cena do movimento de mulheres negras no Brasil e suas produções textuais. A sessão será subdividida em três, e cada divisão é destinada para uma autora, sua contextualização biográfica e serão trazidos seus temas principais para se pensar sobre condição da mulher negra brasileira. A última sessão é dedicada às considerações parciais do capítulo.

### **2.1. A ÓTICA DA INTERSECCIONALIDADE ATRAVÉS DO MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO**

Desde Isabella Baumfree, ou Sojourner Truth (1797 - 1993)<sup>6</sup> à Sueli Carneiro (1950), registram-se alguns exemplos, de mulheres que contribuíram para a visibilidade e articulação de reivindicações que o movimento feminista negro tem hoje. O movimento, em geral, busca compreender as opressões sofridas pelas mulheres negras, afim de lutar contra as violências interseccionais, resistir e, por fim, empoderar-se. Tendo a interseccionalidade como ferramenta analítica, os debates centrais do pensamento feminista negro expõem as condições estruturantes a serem questionadas e superadas pelas mulheres negras, como: o racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Mas afinal, o que é interseccionalidade? A interseccionalidade, surge como conceito da teoria crítica de raça, a partir de Kimberlé Crenshaw, para observar colisões de estruturas de opressão, e passa a ser largamente usado academicamente após a Conferencia de Durban de 2001 (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

---

<sup>6</sup> Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/#>

A partir de Carla Akotirene e seu livro “Interseccionalidade” (2019), pode-se compreender que a interseccionalidade:

[...] visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p. 14)

Segundo Kimberlé Crenshaw<sup>7</sup>, uma das primeiras a cunhar o termo “interseccionalidade”, a forma mais simples de entender o conceito é imaginando uma intersecção de avenidas, onde o indivíduo se encontra no meio, presente em duas ou mais avenidas ao mesmo tempo, sofrendo os efeitos de tráfego das duas ou mais simultaneamente. No caso da mulher negra, ela se encontra na avenida da raça, do gênero, da sexualidade, se não mais, sofrendo o efeito de cada uma delas simultaneamente. Ou seja, o conceito compreende os efeitos de desigualdade do racismo, patriarcalismo, classismo e outros sistemas discriminatórios, assim como as posições nas quais coloca cada indivíduo (AKOTIRENE, 2019).

É importante destacar que a interseccionalidade não vê primeiro a identidade, e sim a matriz da opressão e as desigualdades produzidas estruturalmente. O feminismo negro atravessa a ótica da colonialidade, que trouxe a dualidade de mundo, a alteridade que confere tanto para alguns e pouco ou nada para outros. É contra o sistema e suas opressões sobre a mulher negra. Então esse movimento busca entender de que forma as opressões operam, e entramos no ponto fundamental da colonialidade e seus mecanismos sobre a vivência da mulher negra.

Patricia Hill Collins desenvolveu o livro "Pensamento Feminista Negro" (2019) de acordo com sua percepção e estudos nos Estados Unidos, conseguiu articular o pensamento e suas categorias, reconhecendo que a mulher negra vive em estado de ativismo, lutando pela própria sobrevivência. É necessário compreender o ativismo da mulher negra nas diversas esferas sociais, não apenas em movimentos políticos ou em instituições, é importante entender como a vivência de uma mulher negra é o

---

<sup>7</sup> Ideia extraída do Ted Talk, ministrado por Kimberlé Crenshaw sob o nome de “a urgência da interseccionalidade”, publicado em outubro de 2016, no site: ted.com.

próprio significado de resistência, logo exercendo seu ativismo (COLLINS, 2019, p. 407). O pensamento feminista negro se torna necessário para o processo de emancipação e justiça social da mulher negra, para não apenas reconhecer as opressões, mas entender como são mantidas por poderes hegemônicos e como se dão os efeitos interpessoais. Para compreender a complexidade de poderes, a autora também traz o conceito de matriz de dominação, que é como a dominação se organiza e produz opressões interseccionais dentro de uma sociedade (COLLINS, 2019, p. 452).

A partir de Collins, ao se tratar do pensamento feminista negro, a dimensão ideológica de opressão abordada nos debates é composta por três dimensões: econômica, política e imagens de controle. A primeira é expressa na exploração laboral, a segunda seria na negação de direitos e privilégios os quais eram destinados a homens brancos, tanto em instituições políticas como em educacionais e, por fim, as imagens de controle, que representam a dimensão ideológica de opressão no caso norte-americano (COLLINS, 2019), mas não se restringem a ele.

Enquanto isso, no Brasil, tivemos a vivência de mulheres negras em movimentos sociais, das quais também não se sentiam representadas por completo, e grandes contribuições escritas de autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Maria Beatriz Nascimento. Essas autoras, registraram os assuntos que seriam mais tarde centrais para as lutas do feminismo negro brasileiro. Não temos um livro como o de Patrícia Hill Collins, mas temos os trabalhos dessas autoras que delinearão as demandas de mulheres negras por mulheres negras, baseadas em vivências comuns atravessadas por matrizes de opressões racistas, sexistas e classistas no Brasil.

Os movimentos negro e feminista no Brasil surgem por volta dos anos 70, período de ditadura militar, lutando contra desigualdades sociais e pela democracia (RIBEIRO, 1995, p. 446). A trajetória do movimento feminista negro brasileiro foi se estruturando e fortalecendo à medida que mulheres negras foram encontrando barreiras ao se tratar de suas demandas, dentro desses movimentos. De um lado, a luta das "mulheres" (no sentido universal) não percebia o racismo como importante ao movimento, e do outro, a luta contra o racismo se apoiou em práticas sexistas e machistas por parte dos homens líderes do movimento (GONÇALVES, 2018, p. 13).

Em meio à muitos encontros nacionais feministas, e a falta de atenção às demandas de mulheres negras, em 1975 foi registrado o Manifesto das Mulheres

Negras, que foi organizado com contribuições de Lélia Gonzalez e outras companheiras. O manifesto foi apresentado no Congresso de Mulheres Brasileiras e significou o início de denúncias através de posicionamentos formais do feminismo negro contra o feminismo branco hegemônico (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p. 5), e nesse primeiro documento priorizou-se caracterizar a opressão e exploração vivenciada por mulheres negras na sociedade. Posteriormente surgiram grupos independentes de mulheres negras dentro dos movimentos sociais, e anos mais tarde aconteceu o que veio a ser o marco de consolidação do movimento de mulheres negras: o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), em 1988, na cidade de Valença (Rio de Janeiro), com a presença de 450 mulheres negras de 18 Estados (RIBEIRO, 1995, p. 450).

Para a realização do ENMN, as mulheres negras que compuseram a organização tiveram que deixar clara sua intenção de não provocar qualquer cisão ou tumulto nos movimentos existentes, feminista e negro, mas que estavam ali em busca de referenciais próprios, por um movimento que as acolhessem e um lugar onde elas poderiam dar voz as suas demandas por si próprias. O objetivo principal era buscar respostas para a articulação do movimento de mulheres negras, mas foi além, possibilitando que mulheres negras compartilhassem e tornassem de conhecimento comum suas questões pessoais que eram também questões políticas a serem expostas e defendidas (RIBEIRO, 1995, p. 451). Alguns dos tópicos debatidos no evento foram: trabalho, educação, mito da democracia racial, ideologia do embranquecimento, sexualidade, violência, sexismo, entre outros (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p. 7).

O próximo passo da luta do movimento de mulheres negras no Brasil se deu na década de 90, quando houve a priorização em se articular nacionalmente para fortalecer a representação de mulheres negras em conferências mundiais, visto que se observou a importância da sociedade civil nos processos transformadores, e que alguém deveria exigir que as questões das mulheres negras fossem debatidas. Então, há uma maior unificação de esforços ao se tratar de propostas a serem apresentadas em fóruns e conferências, sendo elaboradas em encontros e seminários nacionais de mulheres negras realizados com antecedência. A luta pela representação e presença de mulheres negras dentro das instituições, a partir da participação em conferências da ONU e o surgimento de ONGs feministas negras, marcou um momento de

consistência do movimento (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p. 14), que aos poucos levou ao desenvolvimento de políticas públicas que atendessem à comunidade de mulheres negras, através de suas solicitações nos âmbitos políticos.

A Declaração de Itapeçerica da Serra, realizada a partir do Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos, em 1993, é considerada pelos autores Cristiano Rodrigues e Viviane Gonçalves Freitas como "um marco da organização política de feministas negras" (2021, p. 15). A declaração mostrava uma posição divergente, da posição do movimento negro e do movimento feminista, em relação às questões de liberdade reprodutiva e controle de natalidade, representando uma demanda em relação ao direito de escolha que fora negado às mulheres negras. Essa declaração foi importante por mostrar um momento de consenso dentro do movimento para uma decisão política, por impactar no aspecto de saúde da mulher negra, resultando em programas que focam em sua saúde, e por estabelecer um espaço onde foi possível o diálogo entre as ONGs, Estado e organizações internacionais (2021, p. 16). Além disso, também teve o impacto nas pesquisas acadêmicas, tornando a saúde da mulher negra um tema de pesquisa relevante (2021, p. 17).

A especificidade do movimento de mulheres negras e sua importância é a articulação entre questões de gênero, raça e classe, ou seja, articulação entre as opressões interseccionais que derivam das estruturas de poder por trás dessas categorias impostas. Tanto no Brasil, como nos Estados Unidos, a articulação do feminismo negro vem através da ótica interseccional que expõe violências e buscam o empoderamento das mulheres negras, apontando para as opressões sofridas cotidianamente e a matriz de dominação. O feminismo negro luta pela liberdade e justiça social, enquanto estabelece uma rede de apoio entre irmãs atravessadas simultaneamente pela raça, gênero e classe.

## **2.2. A MANIFESTAÇÃO DA INTERSECCIONALIDADE NAS PRODUÇÕES DE FEMINISTAS NEGRAS DO BRASIL: LÉLIA GONZALEZ, BEATRIZ NACSIMENTO E SUELI CARNEIRO**

Pensando no uso da interseccionalidade, no livro de Carla Akotirene, a autora busca denunciar a moda da interseccionalidade acadêmica, que acaba por esvaziar o termo e o desvincular de sua maior fonte: o feminismo negro e suas intelectuais. Ela pontua que o uso do conceito "sem a radicalidade feminista negra descolonial, [...] apoia contradições históricas marcadas pelas diferenças e silenciamento de pontos

de vistas” (AKOTIRENE, 2019, p. 55). É relevante para este trabalho pontuar a interseccionalidade como uma essência analítica, observando autoras negras brasileiras que têm trabalhos interseccionais com ou sem o aporte do conceito durante o desenvolvimento deles.

A tradição intelectual de mulheres negras brasileiras nas décadas de 70 e 80, foi marcada por uma dupla militância, para abranger tanto as opressões sofridas por questões de raça, dentro do movimento negro, e questões de gênero, dentro do movimento feminista (RODRIGUES; FREITAS, 2021). As autoras escolhidas como exemplo desse movimento duplo de militância e de extrema relevância para a articulação do movimento feminista negro brasileiro, são: Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro. Busca-se destacar o trabalho analítico interseccional de suas denúncias e ativismo, mostrando a essência do feminismo negro.

### **2.2.1 LÉLIA GONZALEZ (1935 – 1994)**

*Figura 2: Fotografia de Lélia Gonzalez*



Fonte: Reprodução/Cultne.<sup>8</sup>

Lélia de Almeida, conhecida como Lélia Gonzalez, nasceu em Belo Horizonte, em 1935, se formou primeiro em história e geografia, e mais tarde em filosofia na Universidade Nacional da Guanabara (atualmente, a Uerj). Lélia foi, e ainda é, uma referência importante ao se debater sobre raça, gênero e classe, ela "fez parte de um esforço coletivo de legitimação intelectual protagonizado pelo movimento negro e feminista no processo de redemocratização do Brasil" (RIOS; RATTIS, 2010, p. 13).

---

<sup>8</sup>Disponível e reproduzido em: <https://mundonegro.inf.br/nos-falamos-pretugues/>

Antes de analisar alguns de seus trabalhos importantes para se discutir o feminismo negro no Brasil, é preciso registrar uma breve história do seu caminho e legado, honrando a memória dessa intelectual de renome, não somente no Brasil, como no mundo. Com base na obra “Lélia Gonzalez” de Alex Ratt e Flávia Rios (2010), é possível conhecer um pouco de quem foi Lélia Gonzalez e sua história de vida.

Lélia, foi a penúltima filha, de dezoito filhos, do casal composto por Urcinda Serafim de Almeida, mulher de ascendência indígena, que trabalhava como doméstica, e Acácio Joaquim de Almeida, homem negro ferroviário. Viveu seus primeiros anos de vida em Belo Horizonte e se mudou para o Rio de Janeiro, aos 7 anos, junto à sua família, algum tempo após a morte de seu pai. Lélia teve a oportunidade de seguir o caminho dos estudos desde o jardim de infância até o fim do colégio, ao contrário de seus irmãos mais velhos, os quais só tiveram a oportunidade de terminar o primário e logo tiveram que lutar pelo sustento familiar, história comum entre crianças de famílias negras e pobres. O caminho escolar de Lélia foi marcado pelo estudo de línguas estrangeiras, história, geografia e filosofia, como uns de seus maiores interesses, e pelo processo de aprendizado dentro de uma lógica que superestimava os conhecimentos vindos da Europa em detrimento de conhecimentos africanos e indígenas (RIOS; RATT, 2010, p. 33).

Lélia foi se destacando e seguindo seu caminho acadêmico, e acabou por se formar entre os períodos de 23 a 27 anos, nas duas graduações já citadas inicialmente. Por ser uma mulher negra e intelectual, vivenciando os espaços da academia, foi permeada pelos processos de branqueamento, no sentido de como foi sendo moldada sua postura, considerada como "exemplar" de acordo com o que se era considerado culto e respeitável numa sociedade racista, que vai podendo o ser negro inserido em ambientes elitizados. Esse processo de branqueamento foi um dos objetos de crítica mais tarde.

A intelectual passou por um processo de busca por sua identidade, perdida em meio às podas do branqueamento, após a perda de seu marido Luiz Carlos Gonzalez, e anterior conflito com a família dele, que não aprovava o casamento (em 1964) e agiu de forma racista sobre a escolha de Lélia, mulher negra, como sua parceira. Ela carregou seu sobrenome Gonzalez como forma de memória e homenagem, ao parceiro que a apoiou e foi importante para sua jornada identitária a seguir. Lélia iniciou a busca por suas origens, junto às buscas por perspectivas da psicanálise para

descobrir sua negritude, e entender mecanismos presentes na formação de seu pensamento e entendimento de ser. Nesse novo momento, na década de 70, se baseou em Lacan ao pensar em nomeação de sujeito, as figuras que acompanham o imaginário brasileiro ao se referir às pessoas negras, e também encontrou bases poética e imagética na cosmologia do candomblé (RIOS; RATTS, 2010, p. 62 e 63). A logomarca do coletivo de sua fundação, o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (de 1983), que é uma pássaro com as cores amarela e roxo, vem a partir de sua referência no candomblé junto ao movimento internacional de mulheres (RIOS; RATTS, 2010, p. 64)

Entre 1977 e 1988 Lélia produziu muitos textos, artigos e foi chamada para falar sobre temas que se relacionam com os negros, mulheres, sexismo e racismo (RIOS; RATTS, 2010, p. 72). Em alguns de seus trabalhos ela se utilizou de gírias e expressões populares em suas produções, indo de encontro com o que era considerado cientificamente correto para uma produção acadêmica e decerta forma se aproximando mais dos públicos.

Gonzalez associou durante a sua vida o trabalho teórico de conceitos, aliado à prática de intervenção social, em busca da transformação efetiva da realidade e suas estruturas de opressões e desigualdades (RIOS; RATTS, 2010, p. 99), mesmo que aos poucos. Como por exemplo, em 1983, a criação do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, o qual Lélia faz parte do grupo de fundadoras, sendo um coletivo que reúne mulheres da periferia que reuniu grupos de mulheres de diversos movimentos e produziu sobre a realidade de mulheres negras no Brasil. No mesmo período dessa intervenção, ela escreve dois importantes artigos, “Racismo por omissão” para a Folha de São Paulo, e “Racismo e sexismo na cultura brasileira” na Revista da Anpocs (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) (GONZALEZ, 2020a, p. 373). Em suas produções que se encaixam no feminismo negro, juntava bagagem intelectual a partir de leituras feministas, como de Simone de Beauvoir e Rose Marie Muraro, e influencias feministas negras estadunidenses, enquanto mesclava bagagem dos trabalhos sobre relações raciais de W. E. B. Du Bois e Abdias Nascimento (RIOS; RATTS, 2010, p. 103).

Lélia como militante participou ativamente de mudanças significativas na luta do movimento negro brasileiro, como o processo de estabelecer o Dia Nacional da consciência negra, ou a construção do Memorial Zumbi dos Palmares em Alagoas.

Além disso, foi fundadora do Movimento Negro Unificado e teve destaque como militante feminista, denunciando do Brasil afora discriminações contra a mulher e a situação da mulher negra no país. Foi representante brasileira em múltiplos fóruns internacionais e autora de artigos que articulavam raça e racismo nas condições de pessoas negras. Não obstante, ainda foi, no ano de 1986, candidata a deputada pelo Partido Democrático Trabalhista, marcando mais um momento de destaque na sua busca pela ação política através de instituições.

Agora que foi possível delinear brevemente a vida e legado de Lélia Gonzalez, a análise seguinte se dará, principalmente, mas não somente, por ensaios e intervenções disponíveis e destacados no livro “Lélia Gonzalez: por um feminismo afro-latino-americano”(2020a), com a organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Os trabalhos escolhidos articulam denúncias da autora sobre a condição da mulher negra brasileira, são eles: “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (GONZALEZ, 1984), “A mulher negra no Brasil” (GONZALEZ, 2020b), “Democracia racial? Nada disso!” (GONZALEZ, 2020c) e “E a trabalhadora negra, cumé que fica?” (GONZALEZ, 1982).

Em “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, Gonzalez busca respostas para a compreensão do mito da democracia racial, o porquê da identificação entre dominado e dominador que ela gera, para quê foi construído, qual a posição da mulher negra nele e “o que é que ele oculta, para além do que mostra?”(GONZALEZ, 1984, p. 224). O trabalho se desenvolve em torno das noções de mulata, doméstica e mãe preta, buscando entender tais imagens impostas sobre a mulher negra, com o suporte epistemológico da psicanálise a partir de Freud e Lacan, pensando sobre a linguagem e a Teoria da Alíngua de Jacques-Alain Miller. O viés da psicanálise é escolhido como parte da busca por se aprofundar nas reflexões acerca da condição da mulher negra, que nos trabalhos já existentes, em geral, só abordavam através de uma perspectiva socioeconômica (GONZALEZ, 1984, p. 225). Seguindo a teoria de Miller e o que se pretende através do seu artigo, ela fala:

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.(GONZALEZ, 1984, p. 225)

Ela questiona sobre a naturalidade de pensamento racista sobre as pessoas negras, as atribuições de características pejorativas, seus locais na sociedade, condições de vida desumanas e violências sofridas. Ela busca entender a relação entre consciência e memória, componentes da dialética, onde a primeira é lugar de discurso ideológico e a segunda condiz com a verdade pintada como ficção ou não verdade. Há uma relação de exclusão e inclusão, onde a "consciência exclui o que a memória inclui" (GONZALEZ, 1984, p. 226). A consciência é tomada pelos grupos dominantes, que em seus discursos realizam o processo de apagamento da memória e de imposição da "verdade". Então esse artigo se centra na busca por denunciar esse apagamento de memória e história da população negra em prol da construção de um projeto racista.

A autora coloca em sua primeira abordagem da noção de mulata, como durante o carnaval o mito da democracia social é reencenado nos desfiles de samba, na exaltação das mulheres negras, mas de uma forma sexual. O mito da democracia racial, como violência simbólica estabelece figuras associadas à mulher negra, as quais em uma hora é endeusada e glorificada no contexto de carnaval, e outrora, no cotidiano, é vista como doméstica. São atribuídas à mesma mulher. A criação das noções de mulata e doméstica vem da figura de mucama, palavra de origem africana (língua quimbunda) cujo significado a autora traz a partir do dicionário Aurélio, e é associado às escravas "de estimação" designadas para trabalhar nas casas dos senhores de escravos, realizando tarefas domésticas e "por vezes" eram amas de leite (GONZALEZ, 1984, p. 229). Nessa significação a partir do dicionário, Gonzalez identifica o esvaziamento do real significado da palavra, que seria "amásia escrava", como uma forma de ocultação de memória, ou verdade, a ser esquecida. Nessa breve noção é possível observar a relação com a figura de doméstica associada à mulher negra, já a figura de mulata se relaciona com os casos de abusos ocorridos com tais mucamas, que muitas acabavam por ser submetidas a serviços sexuais, ou mesmo eram vistas como prestadoras de serviços sexuais aos senhores (GONZALEZ, 1984, p. 230). Mulata e doméstica se mostram como noções opostas, uma da exaltação e outra discriminação, por questões situacionais. Nesse sentido, a mulata é o lado de objeto sexual da mucama, enquanto a doméstica é o lado de exploração de trabalho, e a mãe negra é o lado "humanizado" da encarregada do cuidar, função materna, a ama de leite.

A autora conversa diretamente com outros escritos seus, que tratam do problema desse mito e a construção de imagens sobre a mulher negra, como é o caso do ensaio “A mulher negra no Brasil” e a intervenção “Democracia racial? Nada disso!” (GONZALEZ, 2020c). Gonzalez identifica duas ideologias que moldam a identidade negra: democracia racial e o branqueamento. A democracia racial foi encabeçada por Gilberto Freyre, na década de 30, e a partir dessa ideologia prega-se que no Brasil todos são iguais, acima de tudo, são brasileiros e nega a existência de racismo ou qualquer tipo de discriminação racial, a lógica da democracia racial no Brasil “é o preconceito de não ter preconceito” (GONZALEZ, 2020b, p. 168). É importante pontuar sobre o uso de imagens que até hoje representam o Brasil pelo mundo, como o futebol e Carnaval, onde pessoas negras marcavam presença.

A ideologia de branqueamento veio antes do mito da democracia racial, com o objetivo de tornar a população mais branca, já que sua maioria era (e ainda é) negra, através dos incentivos à imigração europeia desde 1980, e com os reforços de teóricos pregando a superioridade branca e a busca por um Brasil civilizado a partir de uma população mais branca (GONZALEZ, 2020b, p. 169). Apesar do projeto de branqueamento não ter se mostrado materialmente através de resultados demográficos, se concretizou na esfera do consciente brasileiro, através da reprodução de ideias racistas através de expressões utilizadas por brancos para se falar de pessoas negras. Houve a manutenção de imagens negativas sobre as pessoas negras, em níveis explícitos através das expressões normalizadas, e também no nível inconsciente sobre os nossos lugares:

“Branco correndo é atleta, negro correndo é ladrão”; “O preto, quando não suja na entrada, suja na saída”; “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” etc. Essa última expressão aponta para o segundo nível em que atuam os mecanismos do branqueamento: um nível mais inconsciente que corresponde aos papéis e lugares estereotipados atribuídos a um homem ou mulher negros. Assim, ele (ou ela) é representado como um trabalhador braçal, não qualificado, ou como alguém que conseguiu ascender socialmente, mas sempre pelos canais de mobilidade social considerados adequados para ele ou ela. (GONZALEZ, 2020b, p. 169)

Não somente de imagens negativas o branqueamento se sustenta, as imagens positivas surgem atreladas à via do entretenimento, pessoas negras como objetos que entretêm a sociedade, sendo essa a via de ascensão social aceita, comentada anteriormente pela autora. A noção de mulata se encaixa nessa imagem “positiva”, assim como jogador de futebol, são alguns exemplos de papéis socialmente

atribuídos. Então é possível compreender as noções atribuídas às mulheres negras na sociedade brasileira, não apenas socialmente, como no mundo laboral, compreendendo a dimensão do mito da democracia racial e o projeto de branqueamento. Lélia utiliza de mais um exemplo popular:

O ditado 'Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar' é exatamente como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira e cozinheira, a "mula de carga" de seus empregadores brancos; como um corpo que fornece prazer e é superexplorado sexualmente, ela é a mulata do Carnaval cuja sensualidade recai na categoria do "erótico-exótico". (GONZALEZ, 2020b, p. 170)

A democracia racial carrega consigo o papo de que a miscigenação é a prova de sua concretização, mas deve-se lembrar que desde o período colonial o processo de miscigenação, em grande parte, se deu por violências sexuais e manipulações que refletem em falácias e mitos fundamentados na objetificação da mulher negra (GONZALEZ, 2020c, p. 202).

Lélia busca denunciar a lógica por trás da dominação da mulher negra na sociedade brasileira, e outro aspecto forte de denúncia que mescla a questão de estereótipos é a questão trabalhista da mulher negra. O aumento da ocupação de mulheres nas universidades e da força de trabalho no Brasil durante a década de 70, é considerado como um momento de transformação da condição das mulheres, principalmente com a maior presença em trabalhos mais qualificados e de melhor remuneração, porém nenhuma dessas afirmações, apesar de falar sobre mulheres, diz respeito às mulheres negras (GONZALEZ, 2020b, p. 158). Dificuldades são enfrentadas ao se tratar dos requisitos para ocupar posições mais qualificadas, como ter "boa aparência" para lidar com público, e como Lélia aponta: "Na prática, 'boa aparência' significa que a candidata pertence ao grupo racialmente dominante"(GONZALEZ, 2020b, p. 159). Pensando em uma pirâmide do trabalho no Brasil, a maior concentração de pessoas negras se encontra na base, sendo maior ainda a concentração de mulheres negras no fundo do mercado de trabalho brasileiro, moldado de forma racista e sexista. A discriminação racial é perpetuada por articulações ideológicas que dominam aspectos educacionais, midiáticos, realizando a manutenção de estéticas racistas e noções depreciativas sobre pessoas negras(GONZALEZ, 2020b, p. 160). Isso é resultado do projeto ideológico de colocar

como posição ideal o homem, branco, burguês, em detrimento de pessoas negras e pobres.

Uma outra exemplificação de denúncia da condição da mulher negra no mercado de trabalho aparece no artigo "E a trabalhadora negra, cumé que fica?" de 1982, onde Lélia discursa sobre como a posição reservada à mulher negra é de exploração e opressão, por conta da tríplice discriminação sobre ela: social, racial e sexual (GONZALEZ, 1982). Ela denuncia como a abolição da escravidão não mudou a situação de pessoas negras no país, uma vez que passaram a ser vistas como não suficientes para serem trabalhadores livres, notando-se o processo de marginalização dos trabalhadores negros nessa sociedade a qual eles participavam "livremente". Ela relata também sobre como é possível observar o racismo brasileiro de forma clara no desempenho da profissão de atriz, onde até pouquíssimo tempo os papéis para mulheres negras eram papeis subalternos. As mulheres negras eram representadas apenas como secundárias da trama, como empregadas domésticas ou personificando personagens "erótico-exóticos" (GONZALEZ, 1982).

Em conclusão, no recorte escolhido de trabalhos que falam sobre a condição da mulher negra, Lélia Gonzalez reforça a importância de olhar para onde estão as mulheres negras no mercado de trabalho, nos espaços, e como elas são atravessadas por opressões vindas de projetos ideológicos racistas, desde o projeto de branqueamento até o mito da democracia racial no Brasil, que até hoje têm trabalhado incansavelmente para a exclusão do povo negro brasileiro.

### **2.2.2. BEATRIZ NASCIMENTO (1942 – 1995)**

*Figura 3: Fotografia de Beatriz Nascimento*



Fonte: Arquivo Nacional.<sup>9</sup>

Maria Beatriz Nascimento, nascida em Aracaju, Sergipe, filha de Rubina Pereira do Nascimento e Francisco Xavier do Nascimento, sendo sua mãe "dona de casa" e seu pai pedreiro, migrou para o Rio de Janeiro aos 7 anos (RATTS, 2006, p. 27), assim como Lélia Gonzalez. É interessante pontuar que tanto ela, como Lélia, teve como um marco de suas trajetórias o movimento de migrar de suas cidades de origem para o Rio, fizeram parte dos processos de migração em massa para as grandes capitais do sudeste do Brasil. A questão de migração veio a ser um tema fundamental para suas articulações de pesquisa acadêmica. Foi formada em História pela UFRJ (1971), com especialização em História do Brasil pela UFF e tem destaque em pesquisa sobre quilombos. Era convidada por órgãos nacionais, internacionais e movimentos negros e universidades, para ministrar cursos e dar palestras sobre questões raciais, quilombolas e africanas (NASCIMENTO, 2021a, p. 12).

Nascimento se dedicou ao estudo de quilombos brasileiros, como crítica aos trabalhos desenvolvidos até então na área da historiografia, que generalizavam a noção de quilombo e referenciando-se apenas a partir do Quilombo dos Palmares (RATTS, 2006, p. 57). Ela buscou as particularidades do processo de aquilombamento e sua diferentes dinâmicas em relação à temporalidade. Temos como exemplo seu projeto de pesquisa "Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros - dos quilombos às favelas", que foi uma busca por indicar que o quilombo não se restringe

---

<sup>9</sup> Disponível e reproduzido em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/educacao/noticia/2023-07/conheca-beatriz-nascimento-intelectual-que-inspira-cientistas#>

ao período colonial, a resistência de quilombos ainda existe e o processo de quilombamento é contínuo na história. Beatriz realizou sua pesquisa analisando a relação entre quilombos brasileiros e africanos, e tem como trabalho de maior circulação a autoria e narração dos textos do filme Ori (1989), com a direção de Raquel Gerber, socióloga e cineasta, o qual documenta os movimentos negros brasileiros entre 77 e 88, passando pela relação entre Brasil e África, sendo o quilombo como ideia central (RATTS, 2006, p. 28).

Em geral ela buscou compreender as diásporas, esses movimentos de deslocamento, atribuindo os termos transmigração e transatlanticidade (NASCIMENTO, 2021a, p. 13), e também se atenta ao processo de (re)definição de corpos negros, por conta das experiências de diáspora (RATTS, 2006, p. 65). Sobre a mulher negra na sociedade brasileira ela vai desde apontamentos sobre a questão de trabalho, até a questão de afetos da mulher negra, a serem analisados a seguir. Ao longo de sua vida, seu ativismo antirracista estava ligado aos seus estudos acadêmicos, sendo ruma das responsáveis pela criação do Grupo de Trabalho André Rebouças e do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). Beatriz deve ser lembrada e entendida como ativista e intelectual do movimento negro, pensadora das relações Brasil-Europa e Brasil-África, crítica da colonização, contra o colonialismo cultural e interessada nos processos de descolonização política (NASCIMENTO, 2021a, p. 15).

Os trabalhos escolhidos de Beatriz Nascimento se encontram nos livros “Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento”(RATTS; GOMES, 2015) por organização de Alex Ratts e Bethania Gomes e “Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos”(NASCIMENTO, 2021a) organizado também por Ratts. O primeiro reúne uma coletânea de poemas e ensaios de Beatriz, e também reúne textos sobre ela e suas produções, enquanto o segundo livro que contém outros artigos e trabalhos desenvolvidos por Nascimento. Serão trazidas algumas ideias dos textos: “A mulher negra no mercado de trabalho” (NASCIMENTO, 2021b) de 1976, “Nossa democracia racial” (NASCIMENTO, 2021c) de 1977, e por fim “Meu negro interno”(NASCIMENTO, 2015).

A começar pela mulher negra, Beatriz busca a compreensão da situação da mulher negra recapitulando brevemente a história da sociedade brasileira. Ela observa sua estruturação desde o período colonial e a hierarquia de papéis estabelecidas para

os grupos, sendo estratificada entre senhores de terras, trabalhadores livres e escravos, e sendo marcada por um caráter patriarcal (NASCIMENTO, 2021a, p. 50). Ela chama atenção para a "capacidade reprodutiva" da mulher negra, escravizada, que além das atribuições servis da casa dos senhores e trabalhos no campo, era vista como "fornecedora de mão de obra escrava em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro". A autora realiza a conexão dessa visão de capacidade reprodutiva com a dominação senhorial (NASCIMENTO, 2021a, p. 52).

Outra questão trazida pela autora é que mesmo após a abolição da escravidão e a industrialização nacional, que veio a possibilitar uma flexibilidade sobre o local dos trabalhadores na sociedade, o fator racial se manteve como perpetuante das diferenças e determinando para quem seriam destinadas as posições de classe (NASCIMENTO, 2021a, p. 52). A discriminação foi a ferramenta de manutenção hierárquica da posição de pessoas negras. As posições inferiores estavam reservadas às pessoas negras. A discriminação funcionou junto à internalização de lógicas racistas, concretizando um processo de domínio social e privilégio racial. A mulher negra entre a sociedade colonial e a sociedade hoje (na época de Beatriz), foi mantida nos mesmos postos de trabalhos, como trabalhadora doméstica e rural, em sua maioria (NASCIMENTO, 2021a, p. 53). Beatriz comenta que:

[...] pesquisas recentes baseadas nos recenseamentos de 1940, 1950 e 1970 registram que a mulher branca conseguiu maior acesso ao curso superior, diminuindo proporcionalmente a desigualdade entre ela e o homem branco. A recíproca não foi idêntica quanto à população negra e mestiça, menos ainda em relação à mulher negra.

Como a educação é um requisito para o acesso às melhores ocupações na hierarquia de empregos, deduz-se que as populações de cor e as mulheres brancas não estariam capacitadas para assumir os empregos de maior status e, conseqüentemente, de maior remuneração. A mulher negra tem possibilidades menores do que qualquer um dos outros grupos. (NASCIMENTO, 2021a, p. 53)

A partir da década de 30 as mulheres brancas passam a ser consideradas como mão de obra através das transformações da industrialização brasileira, mas destinadas a vagas específicas, consideradas como "atividades femininas", inicialmente são operárias industriais, mas depois são concentradas em cargos mais burocráticos, que mesmo em um nível mais baixo de remuneração, ainda era requisitada qualificação educacional. Em contraste, Beatriz pontua que:

O mesmo não ocorre com a mulher negra, e isso por dois motivos fundamentais o primeiro, porque a mulher negra ainda não teve acesso

suficiente à educação para qualificar-se para esses tipos de empregos burocráticos. O segundo, porque esses empregos implicam relações públicas ou relação com o público. Por exemplo, comércio de mercadorias. esse contexto, o critério racial se faz mais seletivo, mantendo a mulher negra nos empregos tradicionais, ou então trabalhando como operária industrial. (NASCIMENTO, 2021a, p. 54)

A autora identifica como o caminho da educação é um dos meios pregados para ascensão social e melhores condições de vida, mas observa que também o acesso à educação é restrito para uma boa parte da população (NASCIMENTO, 2021a, p. 53). Mais tarde em seu artigo sobre democracia racial ela aponta para barreira imposta no acesso à educação, não somente como forma de afastar possibilidades mais dignas trabalhistas para pessoas negras, como também uma das mais eficazes ferramentas para a manutenção do ideal disseminado de democracia racial, pois reduz a possibilidade e capacidade de organização em prol do combate aos ideais racistas (NASCIMENTO, 2021a, p. 61). A mulher negra por conta da dupla opressão, sexista e racista, tem maiores barreiras para ter o acesso a esse meio.

Outra perspectiva de análise sobre a mulher negra colocada por Nascimento, vem da exploração sexual de senhores de terra e a moral cristã portuguesa. À mulher branca, o papel de esposa era atribuído e a vida sexual era limitado à futura maternidade, então a "liberação da função sexual masculina" era atribuída à exploração de mulheres negras ou mestiças (NASCIMENTO, 2021a, p. 55). Os efeitos ideológicos dessa exploração são articulados nos estereótipos sexuais e na dominação sem julgamentos sobre pessoas consideradas "inferiores" de forma racista, classista e sexista.

Em 1977 a intelectual busca mostrar como a negação do preconceito racial fomentou a suposta democracia racial no Brasil. Ela começa seu trabalho através do relato de uma conversa com um chefe de família, baiano, com dois filhos, que defendia a Bahia como local de maior tolerância racial do mundo, se mostrava admirador da miscigenação e feliz pelo seu filho mais novo ter nascido com a pele mais clara, diferente do mais velho (com o tom de pele semelhante ao pai), que também acompanhava a conversa. Ele finalizou pontuando positivamente sobre o desaparecimento do negro na sociedade e como isso evitaria conflitos raciais "como nos Estados Unidos" (NASCIMENTO, 2021a, p. 56).

O raciocínio por trás da ideologia nacional de democracia racial, vem desde o período da colonização, culminando no ideal de um país paradisíaco (no sentido de

harmônico) a partir do desaparecimento dos negros (NASCIMENTO, 2021a, p. 58). Ela aponta para o criador do termo "democracia racial", Gilberto Freyre, e como sua influência para outros estudos realizados por estrangeiros sobre o Brasil, gerou a presunção de que no Brasil houve uma tradição de valorizar a humanidade do negro (NASCIMENTO, 2021a, p. 58). Beatriz de forma muito certa elabora:

Mediante mecanismos seletivos, a sociedade brasileira reduz o espaço dedicado ao negro dentro da escala social. Uma vez que esse espaço se apresenta como parte incorporada à cultura dos negros, nada mais cômodo do que unir o útil ao agradável. quando se questionar a ausência do negro em posições de relevo social, basta mencionar Pelé ou algum dos poucos sambistas atualmente em boas condições financeiras. quanto à grande maioria marginalizada, o mais fácil será recorrer à explicação econômica ou de classe, não esquecendo a herança escravagista, que, segundo alguns eminentes teóricos, faz do negro um ser ainda não preparado para integrar uma sociedade competitiva. (NASCIMENTO, 2021a, p. 60)

Nesse trecho demonstra-se a perpetuação de ascensão social ou melhores condições de vida através de opções limitadas estabelecidas pelo próprio sistema de dominação, algo que podemos associar as mesmas imagens positivas que Lélia denunciou. Pensando sobre os efeitos psicológicos nas pessoas negras causados pela violência dessa suposta democracia racial brasileira e toda articulação do racismo na sociedade, Beatriz desenvolveu um ensaio tocante com o título "Meu negro interno". Nesse ensaio, a partir de experiências próprias e de pessoas próximas, ela delinea a amnésia coletiva em decorrência da realidade estabelecida pelos séculos de opressão e repressão (NASCIMENTO, 2015, p. 90).

Essa amnésia causa sofrimento, angústia, por não permitir lembrar claramente o porquê do sofrimento sentido por pessoas negras. Ela elenca algumas formas de manifestação de tal amnésia, sendo elas: comportamento dócil, aparentemente despreocupado, comportamento de sofrimento visível, podendo se mostrar em atitudes hostis, e por fim o comportamento despojado, justificado numa suposta "cultura do negro". Ela declara que a sua amnésia é uma junção de todas, mais a amnésia que busca pela explicação de tal condição da psique, o que ela coloca como uma tarefa "vital e aterradora" (NASCIMENTO, 2015, p. 91). A busca encontra a dor que:

Ficava ali esquecida... Está aqui esquecida... E quando revolvo o nosso passado, todas essas dores são acordadas a irrompem vertiginosas, sem me dar tréguas. Não querem mais ser esquecidas. Quer me mostrar porque o negro brasileiro permanece como se tivesse recentemente saído do negreiro, perdido de si mesmo, das suas coisas, dos seus, como ausências

contundentes na sociedade "racionalmente democrática. (NASCIMENTO, 2015, p. 92)

Prosseguindo, Nascimento narra um momento do qual buscou a psicanálise a fim de lidar com os problemas sentidos por ela por conta da discriminação racial, principalmente nos aspectos da psique. Importante ressaltar que ela se encontrava em um momento de impasse com o seu compromisso acadêmico, proposto por si, para trabalhar sobre o negro (NASCIMENTO, 2015, p. 93). Seu amigo analista a indagou se ela não havia internalizado demais as discriminações e estaria agredindo demasiado seu "negro" interno (NASCIMENTO, 2015, p. 92). A partir daí ela refletiu sobre tal interpretação, pensando sobre sua posição atual em relação à sua trajetória, e veio a se questionar do porquê quem ela era ainda não estava numa posição confortável, visto que já alcançara determinada ascensão social e cultural. Ela pontua que nessa reflexão interna a partir de seu "negro" interno, percebia que mesmo com tantas "conquistas" ainda era tratada na sociedade como "qualquer negro das classes mais baixas" (NASCIMENTO, 2015, p. 93).

No meio desse processo de entender se é tudo de sua cabeça, se foi fantasiada uma condição maior (ou pior) do que realmente era, a partir da sua visita ao seu amigo analista, ela chega a refletir como "os brancos pobres também estão na mesma situação e não conheço nenhum branco de classe média que vá ao analista por que os outros vivem na miséria" (NASCIMENTO, 2015, p. 95). Mas em seguida é puxada de volta a realidade fria e calculista numa simples, mas ainda tão violenta, situação ao chegar na portaria do prédio de sua amiga. Beatriz relata que foi acusada em grossas palavras de estar na entrada errada, pois a entrada de serviço seria em outro lugar (NASCIMENTO, 2015, p. 95). Nesse momento ela se "reconcilia" com seu "negro interno", e:

Aos poucos percebi que não era um passado, era uma realidade, fria e agressiva. Estava absorta até ali, em viver com o "meu negro" aqueles momentos de felicidade. Chegamos juntos até ali sem eu ter de mandá-lo recolher-se ao seu lugar, e pôr minha máscara de professora-bem-sucedida-na-vida. Respirávamos os dois a atmosfera de liberdade, pois descobríamos que sua liberdade dependia somente de mim, e eu não iria negá-la, embora sabendo que ele era profundamente vulnerável. De vez em quando, sem aviso, começava a implicar com os lugares, as coisas, as pessoas, fazendo-me perceber que havia hostilidade contra ele, por ser ele negro. Isso quando todo o mundo dizia que era um problema social a discriminação. Teimava sempre em dizer não. (NASCIMENTO, 2015, p. 96)

Ela traduz em seu ensaio as dores que envolvem ser negro numa sociedade racista que vai fazer de tudo para esconder seu preconceito velado, e vai fazer o negro questionar sobre si mesmo e sua angústia. Ela busca expor que a nossa dor é coletiva, sofrida de formas diferentes por cada um, mas que a raiz da violência coletiva, no caso a escravidão, produziu traumas coletivos sentidos por toda população afetada pelo que a suposta democracia racial busca mascarar: o racismo no cerne das estruturas. Beatriz expõe também a busca por si, pela história que constitui o que é ser negro na sociedade é dolorosa e solitária, mas é uma busca constante e necessária.

### **2.2.3. SUELI CARNEIRO (1950)**

*Figura 4: Fotografia de Sueli Carneiro*



Fonte: Caroline Lima.<sup>10</sup>

Aparecida Sueli Carneiro nasceu em 1950, em São Paulo, sendo a primeira filha de sete filhos do casal José Horácio Carneiro, mineiro, e Eva Camargo Alves, paulista de Campinas. Seus pais migraram para São Paulo em busca de condições

---

<sup>10</sup> Reproduzido em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/12/sueli-carneiro-reve-trajetoria-feminista-e-de-luta-contra-o-racismo-em-livro.html>

melhores de vida (SANTANA, 2022, p. 1), movimento migratório para os grandes centros como o das famílias de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. Com base na entrevista realizada por Ivana Jinkings e Thaisa Burani com a autora, é possível contextualizar um pouco de sua trajetória de vida. Carneiro tem como lembrança de infância o cotidiano de um bairro permeado pela cultura proletária, relatando viver num momento de "pobreza cheia de dignidade, ética e solidariedade" (JINKINGS; BURANI, 2016, p. 12). Entre as prioridades dos chefes de família, mesmo com baixas remunerações, era manter a vida da família com dignidade, sem faltar comida, e garantir a escolaridade de seus filhos, uma vez que "educação era a única herança que ele poderia nos deixar", segundo o pai de Sueli (JINKINGS; BURANI, 2016, p. 12). Ela relata que também para a sua mãe a escolaridade era a esperança de independência de suas filhas no futuro.

Sueli foi alfabetizada por sua mãe até os 6 anos, quando iniciou os estudos na escola, e estudou em ensinos públicos desde o primário até sua pós-graduação. Ela via os estudos e leitura como lazer, como um refúgio para seus sonhos e desejos de vida para além de sua realidade no momento. Hoje ela é formada em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), e Doutora em Filosofia da Educação pela mesma. Durante sua carreira acadêmica enfrentou obstáculos quanto à limitação do campo de filosofia, quando em 1980 buscou elaborar um projeto de pesquisa para mestrado que abordaria a filosofia africana contemporânea, como uma forma de expor apropriações sobre tradições negras (SANTANA, 2022, p. 3), mas não obteve qualquer apoio docente para orientá-la. Sua caminhada acadêmica entra em pausa, e seus anos seguintes são de atuação ativa nos movimentos sociais.

Pensando sobre consciência política, ela relata que seus pais eram pessoas com consciência racial, e transmitiram para seus filhos a necessidade de os prevenirem, para revidarem de acordo com as situações (JINKINGS; BURANI, 2016, p. 13), podendo ser através de xingamentos ou até o ato de se defender fisicamente. Ao ser questionada sobre experiências de racismo, no ambiente escolar ou em outro, Sueli articula como a escola é o primeiro local de experiências racistas em vários níveis, desde os colegas de classe até os profissionais que trabalham lá. Exemplificando, há uma distinção de tratamento entre professor e aluno, em relação à atenção e manifestação afetiva, notam-se elogios à crianças brancas como pessoas, e à crianças negras são direcionados às suas tarefas, mas não como pessoas

(JINKINGS; BURANI, 2016, p. 14). Ela pontua que o seu processo de politização da consciência racial se tornou completo ao entrar na universidade e tomar conhecimento de movimentos negros e suas organizações políticas (JINKINGS; BURANI, 2016, p. 13). Não somente esteve em contato com os movimentos negros, como também movimentos feministas.

A partir da indignação da dupla opressão racista e sexista com mulheres negras e inspirada nos apontamentos de Lélia Gonzalez, Sueli engajou na luta política pelos direitos das mulheres negras, denunciando sua invisibilidade frente aos movimentos negros e movimentos feministas (JINKINGS; BURANI, 2016, p. 18). Em 1983, criou o Coletivo de Mulheres Negras, e na mesma época realizou um estudo intitulado "Mulher Negra", sobre as mulheres negras em São Paulo e no Brasil, a partir das condições socioeconômicas, e analisa interseccionalmente os dados de raça, cor, idade e gênero (SANTANA, 2022, p. 3).

Sueli, como outras autoras negras, encontrou no candomblé uma identidade própria fortalecedora, através da cosmogonia de matriz africana, que a ajudou a enfrentar e continuar enfrentando às dominações sobre as pessoas negras na sociedade (JINKINGS; BURANI, 2016, p. 20). Tendo em vista essa influência, anos mais tarde, durante a pesquisa que originaria o texto "O poder feminino no culto aos orixás", de 1990, Sueli conheceu uma organização feminina religiosa secreta, que "realiza um festival anual de culto ao poder e à sabedoria das mães anciãs entre os iorubás, no qual homens e mulheres participam" (SANTANA, 2022, p. 4). O nome desse grupo era Geledé, inspiração para o que viria a ser o Geledés - Instituto da Mulher Negra, criado por Edna Maria dos Santos Roland, Aparecida Sueli Carneiro, Maria Lúcia da Silva, Aparecida Solimar Carneiro, Deise Benedito, Elza Maria da Silva, Sonia do Nascimento, Ana Maria Silva, Eufrosina Teresa de Oliveira, Lucia Bernades de Souza (CARNEIRO, 2022). Inspirado na ideia de dar visibilidade às demandas de mulheres negras a partir delas mesmas, foi criado o Geledés - Instituto da Mulher Negra. Como organização não-governamental:

[...] nasce com a perspectiva de ser um instrumento político para dar voz às mulheres negras e assegurar que as lutas conjuntas travadas por mulheres e negros por igualdade de oportunidade e direitos resultem também na reversão do quadro de inferioridade social em que vive a maioria das mulheres negras no Brasil. (JINKINGS; BURANI, 2016, p. 18).

O grupo teve significância à nível nacional e internacional, marcando presença na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas em Durban, ou como conhecida popularmente: Conferência de Durban de 2001. O grupo foi relevante na articulação nacional de mulheres negras no evento, e conseqüentemente tendo influência decisiva na implementação de políticas públicas fundamentais para a luta contra o racismo e pela igualdade racial (SANTANA, 2022, p. 5). A nível nacional, são registrados projetos de ação que tem como área de prioridade em sua ação:

[...] a questão racial, as questões de gênero, as implicações desses temas nos direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas. Em todos esses temas, o Geledés desenvolve projetos próprios ou em parceria com outras organizações de defesa dos direitos de cidadania, além de monitorar, pelo Portal Geledés, o debate público que ocorre sobre cada um deles no Brasil e no mundo. (JINKINGS; BURANI, 2016, p. 19)

É importante ressaltar que mesmo sem estar dentro da academia, o processo de escrita de Sueli Carneiro foi constante, produzindo artigos e ensaios, além de realizar palestras e outras apresentações orais (SANTANA, 2022, p. 5). Sueli nomeia algumas autoras e autores que influenciaram nas suas articulações e intersecções entre teoria e práticas, citando Lélia Gonzalez, Heleieth Saffioti, Patricia Collins, bell hooks, Nancy Fraser, Charles Mills, Abdias de Nascimento, Carlos Hasenbalg, Michel Foucault, entre outros. Um de seus trabalhos mais conhecidos em sua trajetória foi sua tese de doutorado, de 2005, com o título "A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser", publicado esse ano, 2023, como livro e com o nome "Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser" (SANTANA, 2022, p. 5). Os principais temas e conceitos de articulação do pensamento de Sueli Carneiro, são: dispositivo de racialidade, epistemicídio, o mito da democracia racial, feminismo negro e a luta pelos direitos humanos para todos.

Os textos escolhidos para a análise de seus temas e discussões relevantes para esta pesquisa são: "Mulher Negra" (CARNEIRO, 2019a), "Gênero e Raça na sociedade brasileira" (CARNEIRO, 2019a) e "Expectativas de ação das empresas para superar a discriminação racial"(CARNEIRO, 2019b), "Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência"(CARNEIRO, 2019a) e "Mulheres em movimento" (CARNEIRO, 2003). Considerando a situação socioeconômica da mulher negra brasileira durante a declarada Década da Mulher, período compreendido de 1975 à

1985, Carneiro inicia seu texto “Mulher Negra”(2019c) observando alguns obstáculos para que a análise fosse realizada de forma apropriada. Ela observa: a coleta de dados desagregados do quesito cor por parte dos órgãos de recenseamento brasileiros, pouca divulgação das tabulações que contém o quesito cor e a inconsistência de critérios entre recenseamentos (CARNEIRO, 2019c, p. 12 e 13). A autora também destaca sobre a ausência do critério cor ao serem realizadas pesquisas por parte do movimento feminista brasileiro (CARNEIRO, 2019c, p. 14), mostrando então a ausência de recursos para analisar as questões específicas das mulheres negras, as quais mostrariam as diferenças a serem denunciadas também nos estudos.

Ao observar a organização de dados, surge a problemática da distinção das categorias “preto” e “pardo”, há um caráter político e ideológico por trás dessas categorias e suas consequências, que serve como forma de mascarar o número representativo da população negra, realizando uma fragmentação identitária e manutenção da ideia de embranquecimento do país. Por exemplo no IBGE de 1980, a categoria "parda" foi descrita como: pessoas "mulatas, mestiças, índias, caboclas, mamelucas, cafuzas” e segue (CARNEIRO, 2019c, p. 14). Um dos pontos a ser desenvolvido no trabalho é como mesmo com essa categorização, as desvantagens encontradas por pretos e pardos na sociedade é semelhante, quando não igual.

Sueli carneiro realiza algumas análises através da coleta de dados, a partir do Departamento de Indicadores Sociais (DEISO), que faz parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os dados disponíveis sobre a População Economicamente Ativa (PEA), nas localidades de São Paulo e do Brasil (CARNEIRO, 2019c, p. 15). Tais dados, que continham os indicadores de cor não fizeram parte das tabulações publicadas pelo IBGE no Censo de 1980, então buscou-se entender os efeitos políticos e ideológicos possíveis de serem interpretados, delineando o perfil socioeconômico de mulheres negras nos dados.

Primeiramente, observa-se a instrução como variável que faz parte dos fatores de mobilidade social (CARNEIRO, 2019c, p. 16), então a primeira análise é centrada na situação educacional da mulher negra, a partir do censo de 80, procurando a identificação das “desvantagens raciais no acesso à educação entre mulheres” (CARNEIRO, 2019c, p. 15). Inicialmente a autora analisa que 30% da população negra paulista é praticamente analfabeta, enquanto para brancos e amarelos a taxa é

de 20 e 12,4% respectivamente, em São Paulo, e a nível nacional a porcentagem para a população negra é de 50% na condição de semianalfabeta, brancos com 25% e amarelos 15,13%. Isso é registrado apenas nos níveis iniciais de educação ou, nesse caso, de não alfabetização, ao se tratar de ensino superior de instrução as taxas são baixíssimas na população negra, enquanto são mais altas para brancos e amarelos (CARNEIRO, 2019c, p. 16 e 17). Ao analisar dentro do mesmo gênero, a autora identifica as disparidades raciais, identifica que quase 50% da população de mulheres negras no Brasil é semianalfabeta, sendo que quase 90% das mulheres negras brasileiras só chegam a atingir até 4 anos de instrução, enquanto essa taxa cai para 69,8% para mulheres brancas e 51% para mulheres amarelas (CARNEIRO, 2019c, p. 19).

A análise seguinte é sobre a divisão racial do trabalho, ela identifica onde estão as pessoas negras no mercado de trabalho, sendo distribuídas em três grupos ocupacionais: agropecuária/extrativa vegetal e animal, indústria de transformação/construção civil e na prestação de serviços (CARNEIRO, 2019c, p. 20). Elas estão localizadas majoritariamente em trabalhos mais manuais e com remunerações mais baixas, enquanto nas ocupações administrativas se encontram os grupos de brancos e amarelos em sua maioria. Conclui-se que a maior parte da população negra brasileira se encontra nas ocupações manuais, as quais têm menos possibilidades de mobilidade social, uma vez que ocupam essas posições pelas baixas oportunidades de alcançar níveis maiores de escolaridade, juntamente com os mecanismos de discriminação racial presentes no mercado de trabalho (CARNEIRO, 2019c, p. 22).

O processo de redistribuição de mulheres no mercado de trabalho desde a década de 60, através da criação de novos cargos burocráticos e de escritório, houveram mais mulheres em profissões entendidas como de prestígio, e menos mulheres nas indústrias têxteis e ocupações "sexualmente tipificadas" (CARNEIRO, 2019c, p. 23). Mas essa redistribuição funcionou também de forma desigual racialmente, onde mulheres negras acabaram por continuar ocupando cargos mais baixos, pertencendo ao setor primário ou na camada mais baixa de prestação de serviços. A autora conclui que "a mobilidade vertical experimentada pela mulher brasileira, em geral, terá sido um processo vivido fundamentalmente pelas mulheres brancas" (CARNEIRO, 2019c, p. 24).

Outra análise fala sobre rendimento, sobre a remuneração da população. Os dados obtidos mostravam que 87% da força de trabalho negra no Brasil não ultrapassava a remuneração de 5 salários mínimos, brancos tinham a porcentagem na média de 78% e amarelos 58%. Na faixa de remuneração superior à 5 salários mínimos a população negra tinha menos de 5% de participação no número nacional, enquanto brancos apareciam com 13,8% e amarelos com 34,6%. No recorte de mulheres negras, de maneira absurda, mas não chocante, haviam números bem definidos de mulheres pretas e pardas que recebiam mais que 5 salários mínimos, sendo apenas 64 mulheres pretas e 1693 mulheres pardas, ao nível nacional, entre 900 mil mulheres pretas e 4 milhões de mulheres pardas economicamente ativas (CARNEIRO, 2019c, p. 28). Carneiro também pontua a diferença de rendimentos dentro da mesma área ocupacional e do mesmo grupo racial, entre homens e mulheres. Ela constata que não houveram mudanças significativas nos papéis das mulheres negras e os reflexos históricos do rendimento que varia racialmente:

A forte presença das mulheres negras na prestação de serviços ratifica que, tal como no passado pós-abolicionista, essa continua sendo, para as mulheres negras, a principal modalidade de atividades econômicas a que têm acesso, apesar de estarmos próximos dos cem anos da Abolição da Escravatura e, no entanto, nem a “tradição” nem o “know how” que, historicamente, vimos acumulando em tais funções são suficientes para que ao menos nessas ocupações as mulheres negras percebam rendimentos semelhantes aos das mulheres brancas. (CARNEIRO, 2019c, p. 30)

Em outro texto ela traz o termo "matriarcado da miséria", expressão que descreve como é ser mulher negra brasileira, uma vez que pessoas negras ganham metade do salário de brancos, e por questão de gênero, a mulher negra ganha a menor remuneração, apontando mais uma vez a desigualdade de remunerações dentro do próprio grupo racial (CARNEIRO, 2019b, p. 110). A expressão e sua origem também aparecem em outros escritos:

A expressão 'matriarcado da miséria' foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para mostrar como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo o país. (CARNEIRO, 2011, p. 121)

Partindo para as consequências políticas e ideológicas, Sueli observa a condição de intersecção entre racismo e sexismo a qual a mulher negra está, e declara o motivo do surgimento de grupos de mulheres negras para mulheres negras, visto que tais intersecções não eram vistas juntas pelos Movimento Negro e Movimento

Feminista (CARNEIRO, 2019c, p. 32). Há uma conjugação da divisão sexual do trabalho com a divisão racial do trabalho influenciando na condição da mulher negra (CARNEIRO, 2019c, p. 42). Ela traz algumas conclusões: a mulher negra se encontra na base hierárquica social e do processo produtivo, conseqüentemente tendo menor mobilidade ocupacional, então a luta da mulher negra é permeada pelas diferenças a partir da discriminação racial e de gênero, e um exemplo do peso racial se mostra na maior quantidade de oportunidades para mulheres brancas, superando as oportunidades para homens negros (CARNEIRO, 2019c, p. 46).

Ela conclui que a população negra vive condições de precarização desde a saúde até sua habitação, e que é necessário recorrer à mudança através de transformações educacionais, medidas legislativas eficientes para combater a discriminação racial e todos os âmbitos onde incide, inclusive a luta contra a perpetuação de estereótipos racistas (CARNEIRO, 2019c, p. 48) Sobre os estereótipos, Carneiro discute sobre a influência deles tanto no mercado de trabalho, como no mercado afetivo, em relação a idealização de romance direcionada a mulher branca, e para as mulheres negras o destino de fetichização ou apenas não dignas de serem romantizadas (CARNEIRO, 2019c, p. 43).

Trazendo seus apontamentos de outros textos, ela comenta sobre a atribuição de estereótipos racistas à mulher negra em tempos coloniais, que eram limitados ao sexo, prazer, e ela era vista como corruptora dos lares brancos, ou eram limitados a ser "burro de carga" (CARNEIRO, 2019d, p. 140). O aspecto tangente ao primeiro era a criação do estereótipo de sedutora, através de seus dotes, irresistível, e na realidade sendo objetificada, coisificada, sendo submetida ao domínio colonial (CARNEIRO, 2019d, p. 139). Retomando a denúncia dos postos de trabalho destinados as mulheres negras, ela comenta sobre as funções que se mantiveram na sociedade como o de mucama, ama-de-leite, dama de companhia e prostituição, por "fama" da expressão "boa de cama" (CARNEIRO, 2019d, p. 140). Sueli traz como exemplo de naturalização do racismo na sociedade brasileira e os estereótipos as produções de Monteiro Lobato, na personagem da Tia Anastácia: subordinada, empregada da família há muito tempo, boa cozinheira, e as características continuam (CARNEIRO, 2019d, p. 141)... Todas relacionadas ao estereótipo de mãe preta, o qual Lélia Gonzalez também traz em seus trabalhos.

Em "Expectativas de ação das empresas para superar a discriminação racial", registra-se uma palestra realizada na Conferência Nacional do Instituto Ethos, em 2002. A fala objetivou uma sensibilização das empresas para a realidade de discriminação racial e seus efeitos em múltiplos aspectos da vida da população negra. Buscando a compreensão da plateia sobre o discurso falho de democracia racial, Sueli Carneiro articulou sua fala a partir de dados sobre a população e sua marginalização, em decorrência da exclusão econômica, do imaginário social e de direitos básicos, vivendo uma realidade de segregação e não de uma democracia racial de fato (CARNEIRO, 2019b, p. 119). Ela denuncia o mito da democracia racial, a partir da visão de Carlos Hasenbalg, que é sustentado pelo falso sentimento de harmonia, já que: não eram registrados conflitos raciais como nos EUA ou África do Sul, não havia uma segregação legalizada, existiam alguns não brancos em posições das elites, além de ser pautada a glorificação da miscigenação como sinal de tolerância (CARNEIRO, 2019b, p. 103).

A exposição começa pela violência racial na violência urbana, onde em sua maioria assassinada eram, jovens negros, e na época os padrões se encaixavam nos indicadores estabelecidos pela ONU para uma guerra civil, de "350 mortos para cada 100 mil habitantes só no estado do Rio de Janeiro" (CARNEIRO, 2019b, p. 104). Vale ressaltar que o padrão se repetia em outras capitais, e Carneiro traz a conclusão da pesquisadora Silvia Ramos sobre ser uma guerra fratricida, um genocídio de homens negros, que articula violências de gênero, raça e classe (CARNEIRO, 2019b, p. 104). Carneiro também argumenta sobre a fragilidade da democracia racial nas desigualdades das decisões judiciais em julgamentos de pessoas negras, e também denuncia os esforços por parte de governos estaduais para a esterilização em massa de mulheres pretas e pardas. Ela exemplifica através do caso de pronunciamento ocorrido no Estado de São Paulo, que justificava a necessidade de tal medida a fim de evitar que a população brasileira venha a ser majoritariamente negra e evitar que tenham alguma influência política, os mantendo num percentual menor que a população branca (CARNEIRO, 2019b, p. 106).

A palestrante também destaca a violência obstétrica contra mulheres negras, na diferença do cuidado pré-natal entre mulheres racialmente distintas, mesmo pertencentes à mesma classe, sendo registrada essa diferença de tratamento até na rede pública de saúde. Ela revela o foco de controle da população negra, sendo o alvo

de violências policiais os homens negros, e o controle de natalidade direcionado a mulheres negras (CARNEIRO, 2019b, p. 107). Na época, a expectativa de vida para pessoas negras era registrada como uma média de 5 a 12 anos menor em contraste com à média para a população branca, a depender da região do país. A autora comenta sobre como é possível inferir a existência de segregação racial, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no país, que mostra a diferença entre as posições ocupadas pelo Brasil ao se observar separadamente os indicadores de raça, sendo a 49ª posição, no caso de brancos, e a 108ª posição em relação a população negra (CARNEIRO, 2019b, p. 113). Ela prossegue denunciando que:

[...] essa realidade estatística da desigualdade racial não se conecta com o negro real confinado nas favelas, nas palafitas, nos cortiços. Não o toma como sujeito de direitos, demandador de políticas públicas específicas capazes de reverter esse quadro de exclusão, posto que as políticas universalistas não conseguem superar as desigualdades persistentes entre os dois grandes grupos raciais do país. Convive-se com a quase absoluta indiferença do conjunto da sociedade em relação a essas desigualdades. E, no entanto, as poucas e tímidas iniciativas voltadas para o enfrentamento dessas desigualdades encontram rapidamente uma oposição aguerrida. É o que ocorre neste momento com o debate sobre a implementação de ações afirmativas ou políticas de cotas para negros. Um dos argumentos mais recorrentes contra a sua adoção é o de que elas reproduziriam as injustiças que pretendem corrigir, por abdicar do mérito como critério de acesso aos níveis superiores de educação. (CARNEIRO, 2019b, p. 113)

Em seu texto “Gênero e raça na sociedade brasileira” surge outro tópico a ser denunciado por Carneiro, que é o processo de branqueamento, a apologia a miscigenação e as políticas de embranquecimento frente às consequências psicológicas à mulher negra, a qual tem sua autoestima ceifada pelo imaginário social (CARNEIRO, 2019d, p. 143). Esse tópico retoma a problemática dos estereótipos e denuncia a solidão da mulher negra, através dos processos que privilegiam e fortalecem o almejo ao branco e tudo que é branco (CARNEIRO, 2019d, p. 142), aqui pode-se lembrar do que Sueli fala sobre o mercado afetivo para as mulheres negras. Retornando aos efeitos dos estereótipos sobre a mulher negra, eles também inferem no turismo sexual de estrangeiros no Brasil e a sexualização de mulheres negras como “quentes” (CARNEIRO, 2019d, p. 144), se relacionando com o estereótipo de mulata, e provocando outra violência contra a mulher negra que deriva disso: a hierarquização das mulheres negras em relação ao tom mais ou menos escuro de pele. Outro ponto crítico permeado por essas imagens de controle, é a fragmentação de identidade racial negra, e em consequência enfraquecimento político do grupo negro.

Coloca-se, portanto, como desafio, a necessidade de incidir sobre as construções culturais racistas que permanecem reproduzindo a imagem estereotipada das mulheres negras e sua desqualificação estética. É preciso confrontar o peso da hegemonia da branquidade nessa desqualificação estética das mulheres negras, que tem impactado a sua empregabilidade e a sua possibilidade de mobilidade social, além de impactar negativamente a sua capacidade de disputa no mercado afetivo. Além da reconstrução de um imaginário sobre as mulheres negras, capaz não apenas de reverter essas imagens de controle que as aprisionam, faz-se necessária a formulação de propostas que permitam a circulação igualitária das imagens das mulheres recortadas pela raça. Em síntese, urge que se proponham novas imagens para as mulheres negras brasileiras, que rompam com os paradigmas do passado e com as novas discussões midiáticas em que as imagens das mulheres negras são, à sua revelia, revestidas de vernizes de modernidade, sem alteração na essência dos estereótipos consagrados. (CARNEIRO, 2019e, p. 256)

A tríplice militância da mulher negra no Brasil, sobre raça, gênero e classe leva à ampliação de agenda de assuntos a partir de uma ótica política da mulher negra (CARNEIRO, 2019d, p. 155), e nesse mesmo texto ela já traz a ideia de seu texto "mulheres em movimento, sobre a necessidade de enegrecer o feminismo, já que:

Na sociedade brasileira a questão da mulher negra tem potencialmente a possibilidade de redefinir as prioridades da questão de gênero pela síntese que o ser mulher negra opera enquanto elemento que agrega as contradições de raça, classe e gênero. (CARNEIRO, 2019d, p. 163)

Em "Mulheres em movimento" a autora aponta para como as mulheres negras em face ao movimento de mulheres no Brasil teve protagonismo político. Ela elenca as ações de promover reconhecimento: das diferenças entre as próprias mulheres; Que não cabe aos avanços do movimento se utilizar do termo "mulher" de forma universalizante; do racismo e da discriminação racial como fundamentais para a produção de desigualdades sociais a necessidade de reconhecimento de quem são os privilégios a partir do racismo; da urgência de políticas que observam as especificidades das mulheres negras; da dimensão racial da pobreza no Brasil; e da violência simbólica a partir dos padrões brancos hegemônicos sobre mulheres não brancas (CARNEIRO, 2003, p. 129-130). Ela conclui como a luta das mulheres negras tem contribuído para a busca por democracia para todos, igualdade e justiça social.

A luta de Sueli Carneiro em seus trabalhos e discursos analisados permeiam os efeitos e consequências da não existência de "um projeto efetivo de integração social do negro" (CARNEIRO, 2019c, p. 13), a existência de ideologias que buscam a manutenção da posição subalterna do mesmo, ou até a desintegração social, e ela

demonstra a importância de se ter atenção à condição da mulher negra na sociedade, expondo ao máximo sua argumentação a partir de dados inquestionáveis.

### **2.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Nesse capítulo observou-se a estruturação do movimento feminista negro a partir da ausência de espaço para suas demandas dentro do movimento negro e movimento feminista. Nos Estados Unidos, através de Patricia Hill Collins houve a articulação do pensamento feminista negro, buscando a emancipação da mulher negra, abordando discussões que tratam das dimensões de opressão econômica, política e através de imagens de controle. No Brasil de forma semelhante, as ativistas do movimento de mulheres negras buscaram denunciar questões de exploração econômica, de desigualdade socioeconômica, de negação de direitos e a relação de opressão em relação aos estereótipos racistas atribuídos.

Um dos marcos do feminismo negro brasileiro foi o 1º Manifesto das Mulheres Negras, em 1975, o qual publicamente denunciou a condição de exploração e opressão da mulher negra. O manifesto foi realizado buscando lutar contra o feminismo branco hegemônico. A partir do manifesto as mulheres negras brasileiras foram se articulando, dentro de outros movimentos e grupos independentes, até realizarem o 1º Encontro de mulheres negras, onde observaram a convergência de vivências entre mulheres negras no Brasil.

Um elemento importante para se entender as demandas das mulheres negras é a interseccionalidade, não apenas como um conceito, mas também como uma ferramenta analítica. Apesar de ser cunhado apenas na década de 90, por Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade sempre permeou os movimentos feministas negros, e a ótica interseccional também é observada nas produções de autoras negras em meados das décadas de 70 e 80. Buscou-se pontuar como não foi articulado um pensamento feminista negro brasileiro, mas pode-se entender que esse pensamento é demonstrado no ativismo político de mulheres negras e suas reivindicações. Através de suas denúncias é possível entender porquê elas lutam e contra o que.

Foi importante delinear a ótica da interseccionalidade nos trabalhos de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, entendendo que a interseccionalidade deve vir associada à prática do ativismo feminista negro. Através dos escritos dessas grandes mulheres negras, ativistas e intelectuais, foi possível observar a aliança entre

teoria e prática da ótica interseccional com o feminismo negro no Brasil, em busca da transformação da realidade brasileira. Entre os assuntos abordados por elas que devem ser destacados são: o mito da democracia racial, o projeto de branqueamento, a condição trabalhista da mulher negra, os estereótipos sobre as pessoas negras e em geral as relações de poder que realizam a manutenção do racismo na estrutura do Brasil.

### **3. A INCORPORAÇÃO DO ASPECTO INTERSECCIONAL DO FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO PARA A PAZ**

Neste capítulo, desenvolvida através de duas sessões, serão realizadas as pontes entre as contribuições de Johan Galtung, os objetivos do campo dos Estudos para a Paz, e as contribuições possíveis do feminismo negro brasileiro para o campo, através de suas abordagens interseccionais e denúncias, que tangem a colonialidade. Serão interligadas as temáticas trazidas pelas autoras Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, aos interesses de se pensar a paz, através da epistemologia positiva e os tipos de violência que as autoras denunciam. Para isso, na primeira sessão serão retomados brevemente alguns objetivos, características e conceitos dos Estudos para a Paz, para em seguida, na segunda sessão, realizar a análise dos temas do pensamento feminista negro brasileiro. Busca-se entender como os trabalhos dessas autoras são investigações sobre paz, no contexto da mulher negra brasileira, destacando a ótica da interseccionalidade presente através da teoria e prática, para observar as violências interseccionais e concomitantemente lutar contra as estruturas que as invisibilizam.

#### **3.1 RETOMANDO OS ESTUDOS PARA A PAZ E ELEMENTOS IMPORTANTES**

Como abordado no primeiro capítulo, os Estudos da Paz buscaram entender a paz para além de um ideal utópico, observando a possibilidade de se efetivar a paz através de políticas concretas (OLIVEIRA, 2017, p. 149). Galtung observou como a investigação de paz deve ter como objetivo o alcance da paz em múltiplos níveis, observando o uso da epistemologia negativa, ao se tratar da agenda minimalista que observa a paz como ausência de violências diretas, ou a epistemologia positiva, com o enfoque em justiça social e a superação de violências estruturais e culturais. A epistemologia positiva, considerada a nova agenda do campo de estudos na década de 70, demandou a busca por propósitos mais emancipatórios ao se pensar nas resoluções de conflito (WIBERG, 2005, p. 24). Ela entende que apenas a resolução de conflito não basta, é necessário haver a transformação do conflito.

Entre momentos importantes para o desdobramento dos Estudos para a Paz como disciplina institucionalizada, destaca-se para o presente capítulo pontuar a epistemologia ideal de Investigação para a Paz, proposta por Galtung em 1996. Essa epistemologia, representada por valores, teoria e dados, foi pensada analisando as

possibilidades e complexidade de desenvolvimentos investigativos dentro da área, e também se adequando à um método de pesquisa a fim de validação como ciência. Nesse triângulo, entende-se que cada investigador é guiado por distintos valores, o que influencia na epistemologia adotada em prol da paz positiva ou paz negativa; que a adoção de diversas teorias para se entender a paz é possível, e até necessária para a abrangência de caminhos para a paz; e que os dados seriam uma parte fundamental ao se pensar em resoluções de conflitos, já que seria o embasamento empírico do que se busca afirmar ou prever (WIBERG, 2005, p. 32).

Outros pontos relevantes que devem ser retomados são as proposições de caminhos possíveis de caminhada nos Estudos para a Paz, a partir de Rogers e Ramsbotham. É importante lembrar que os autores previam uma conjuntura dos 30 primeiros anos do século 21, marcada por momentos de polarização socioeconômica por conta da acentuação de desigualdades (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999, p. 749). Eles previram o desenvolvimento de três áreas de estudo, entre elas é relevante destacar a segunda área, sobre processos de longo termo e transformação de conflito, considerando os aspectos estruturais, culturais e contextuais (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999, p. 750). Também retomamos os objetivos e características de interdisciplinaridade, o compromisso normativo e a relação próxima entre teoria e prática (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999, p. 750).

Pensando na paz positiva como um enfoque, e como ela é voltada à integração humana, Johan Galtung desenvolveu os conceitos de violência estrutural, em 1960, e violência cultural, em 1990, que se relacionam com a paz positiva e seu ideal mais emancipatório (OLIVEIRA, 2017, p. 155 e 156). Ele identifica a existência de violências indiretas, sendo a estrutural entendida por injustiça social (GALTUNG, 1969, p. 171) e a cultural relacionada com a legitimação de violências, sejam diretas ou indiretas (GALTUNG, 2013a, p. 39). A partir do conceito de violência cultural inicia-se a discussão sobre relações desiguais de poder e suas conexões com as violências naturalizadas, pois ela trabalha contra o indivíduo através da ferramenta psicológica de internalização (GALTUNG, 1990, p. 291 e 292). É importante destacar o uso da violência cultural por quem está no poder, a fim de legitimar sua posição, através de aspectos como artes, ideologia, apagamento histórico de um grupo, por exemplo (GALTUNG, 1990, p. 296). Se a paz é a superação da violência, a violência deve ser superada em todas as dimensões, direta mais indireta.

### **3.2. QUAL É A RELEVÂNCIA DAS PRODUÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS PARA A PAZ?**

Ao retomar o movimento feminista negro brasileiro, busca-se destacar sua origem como uma luta contra as opressões racistas, sexistas e classistas sofridas por mulheres negras, e a invisibilização de suas questões, dentro do movimento negro e do movimento feminista, que levavam elas a ter uma dupla militância separadamente. A articulação de mulheres negras no Brasil significou uma luta contra as violências interseccionais, expondo as estruturas desiguais de poder, os sistemas discriminatórios e denunciando os efeitos sentidos pelas mulheres negras, sendo uma busca por justiça social, emancipação e autodeterminação. Como já explicitado, não existe um livro denominado pensamento feminista negro brasileiro, como é o caso estadunidense, porém o pensamento foi delineado nas demandas do ativismo de mulheres negras e em suas produções que articulavam tais denúncias. Associando ao caso do Brasil alguns pontos principais do pensamento feminista negro de Patricia Hill Collins (2019), é possível observar a semelhança temática sobre exploração na dimensão econômica, política e ideológica, sendo a última associada com as denúncias de estereótipos permeados pelas ideologias de democracia racial e branqueamento.

As temáticas abordadas pelas autoras Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, junto a luta do movimento feminista negro no Brasil, são traduções de investigação sobre a paz para os grupos discriminados no contexto brasileiro. Na mesma medida que seus temas elaboram a realidade da mulher negra e reivindicam a paz, não somente para ela, mas para todos os grupos atravessados por múltiplas avenidas identitárias e discriminatórias, suas produções demonstram a resistência no campo de produção de saberes. Essa resistência é necessária, visto que busca romper com o silêncio acadêmico sobre as relações desiguais de poder e as relações raciais estabelecidas desde o colonialismo. Como delineado ao final do primeiro capítulo, a colonialidade do poder deslegitima e destitui determinados grupos de racionalidade, como é o caso do racismo acadêmico e invisibilidade não somente das dinâmicas raciais, como também de pessoas negras que produzem trabalhos sobre. Ao entender que o colonialismo produziu identidades, atribuindo características a elas, o silêncio acadêmico é permeado pelo:

[...] uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar. O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder

e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades. Logo, não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros. (RIBEIRO, 2017, p. 33)

No livro de Djamila Ribeiro, “O que é lugar de fala?” (2017) encontra-se a motivação para se trazer os trabalhos de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro. O entendimento do lugar de fala vai além da experiência individual de cada mulher negra, se relaciona com o lugar social, dentro da estrutura, que ela ocupa e quais suas limitações a partir do grupo. É uma reflexão sobre as experiências distintas entre mulheres negras e mulheres brancas, entre os grupos em locais distintos das estruturas (RIBEIRO, 2017, p. 63). O uso do conceito de discurso, usado por Djamila, vem da conceituação de Foucault, “de não pensar discurso como amontoado de palavras [...], mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois estaremos falando de poder e controle” (DJAMILA, 2017, p.58). Então a partir disso é importante observar os discursos produzidos na academia, pois sempre são da visão de alguém, localizado em alguma parte da estrutura. Observando o teor eurocêntrico e excludente, da proposta de neutralidade científica (BALLESTRIN, 2013, p. 103), é importante observar o lugar de fala de quem está por trás dos discursos e se está discursando em prol da manutenção da hegemonia do conhecimento e do poder dominante.

A proposição de se incorporar a interseccionalidade do feminismo negro aos Estudos da Paz não deve ser desvinculada do movimento, mesmo sendo incorporada academicamente como forma de investigação, pois em prol da sinergia necessária para efetiva luta por justiça social, é necessário o entendimento de que a interseccionalidade surge da práxis dos movimentos sociais (COLLINS; BILGE, 2020, p. 248). Ou seja, a sinergia entre teoria e prática é o que compõe o potencial de análise da interseccionalidade e aqui podemos estabelecer um primeiro espaço de convergência entre o campo de Estudos da Paz e feminismo negro brasileiro, já que o primeiro almeja uma relação próxima entre teoria e prática (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999, p. 753), e o movimento já apresenta tal proximidade. A relevância das contribuições de mulheres negras brasileiras nos Estudos da Paz é pensar em caminhos para a paz de forma não excludente, superando a colonialidade do poder, ser e saber. Elas trazem a interseccionalidade em sua essência analítica e

ativista, observando opressões interseccionais vividas por mulheres negras brasileiras, atravessadas por raça, gênero, classe, sexualidade e assim por diante.

É preciso pensar ações políticas e teorias que deem conta de pensar que não pode haver prioridades, já que essas dimensões não podem ser pensadas de forma separada. Costumo brincar que não posso dizer que luto contra o racismo e amanhã, às 14h25, se der tempo, eu luto contra o machismo, pois essas opressões agem de forma combinada. Sendo eu mulher e negra, essas opressões me colocam em um lugar maior de vulnerabilidade. Portanto, é preciso combatê-las de forma indissociável. (RIBEIRO, 2017, p. 73)

### **3.3. AS VOZES DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS CLAMAM POR PAZ**

O alinhamento da interseccionalidade com os Estudos da Paz, não dissociado do movimento feminista negro brasileiro, é possível através dos elementos de denúncia que compõem as produções intelectuais das autoras negras brasileiras já abordadas. Aqui serão delineadas as conexões entre o movimento com os objetivos dos Estudos para a Paz, assim como os temas em comum ou possíveis de serem abordados dentro do campo de pesquisa e suas dimensões de violência. O fato de se buscar perspectivas sobre paz dentro desse movimento já simboliza mais um passo em direção ao ideal de interdisciplinaridade dos Estudos para a Paz.

O movimento feminista negro, em geral é orientado pelo desejo de justiça social e emancipação, sendo o seu pensamento direcionado à exposição da matriz de dominação, responsável por opressões interseccionais (COLLINS, 2019, p. 452), de forma a entender como as desigualdades se configuram. Essa orientação é compatível com a epistemologia positiva, pois a busca pela paz positiva se configura na necessidade de transformação de conflito, na transformação de realidade em prol da integração humana e contra as desigualdades (OLIVEIRA, 2017, p. 155 e 156). Não é suficiente apenas apontar para as violências físicas, diretas e explícitas sofridas pelas mulheres negras e outros grupos marginalizados, é necessário se atentar às estruturas por trás das configurações de violência e opressão.

Com base nos caminhos propostos por Ramsbotham e Rogers, as produções do feminismo negro brasileiro também se relacionam com a segunda área de pesquisa dos Estudos da Paz, sobre processos de longo termo, resolução e transformação de conflito, visto que considera aspectos culturais, estruturais e contextuais como fatores importantes de compreensão (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999, p. 750). O processo de longo termo, nesse caso, é o racismo entranhado na estrutura brasileira, sob os

aspectos culturais de estereótipos normalizados em uma cultura racista e num contexto de ser o último país a abolir a escravidão. Entre os outros caminhos propostos, o objetivo de integração humana para uma disciplina emancipatória é encontrado na denúncia de Sueli Carneiro sobre a ausência de um projeto de integração da população negra (CARNEIRO, 2019c, p. 13), condicionando a mesma aos moldes de uma sociedade colonial, porém com papéis transformados e mantidos na mesma subjugação. Essa questão de manutenção dos papéis sociais coloniais será abordada em uma das dimensões de violência.

Também é necessário pontuar que o movimento feminista negro brasileiro, assim como os Estudos da Paz, é orientado para políticas concretas, e temos como exemplo a articulação política do movimento na década de 90, que resultou na Declaração de Itapeçerica da Serra. Tal declaração, teve impacto nos desdobramentos de pesquisas acadêmicas e novas formulações de políticas públicas com atenção à saúde das mulheres negras (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p. 16 e 17). Suas denúncias apontam para os locais onde devem ser articuladas políticas que garantam seus direitos que foram invisibilizados ou negados estruturalmente e institucionalmente.

Galtung contribuiu com as dimensões de violências que devem ser abordadas nos Estudos para a Paz, sendo elas: violência direta e violência indireta (estrutural e cultural). As mesmas violências são abordadas por Lélia, Beatriz e Sueli, nas suas formas adaptadas à sociedade brasileira. Por exemplo, o pensamento feminista negro mostra os estereótipos e imagens de controle, que podem ser associados tanto a violência estrutural, como a violência cultural. O objetivo legitimador da última, se manifesta no estabelecimento das violências estruturais, da exploração de trabalho e da negação de direitos e privilégios às mulheres negras no Brasil. Essa violência cultural se articula através da ideologia do mito da democracia racial, ou seja, permeando o aspecto ideológico da sociedade brasileira.

A ideologia do mito da democracia racial e o projeto de branqueamento, tópicos de discussão comum às três autoras, são entendidos como violências culturais, pois ambos projetam na sociedade brasileira a naturalização de exploração e condições desumanas à população negra. Eles se desdobram em violências estruturais físicas e psicológicas. O uso da violência cultural se dá por um grupo dominante, que detém poder, em busca da manutenção de suas posições, e Sueli Carneiro trouxe um grande

exemplo de tal uso, mas que só é compreendido em sua totalidade ao pensar sobre a dimensão de dominação ideológica denunciadas por ela e as outras autoras. O exemplo é o pronunciamento realizado pelo governo de São Paulo, na década de 80, justificando a violência da esterilização em massa de mulheres negras, a fim de evitar que o Brasil se tornasse uma maioria de população negra, e eventualmente tivessem mais força política que a população branca (CARNEIRO, 2019b, p. 106). A esse exemplo, pode-se atribuir os efeitos psicológicos de naturalização da violência massiva contra mulheres negras com as constantes tentativas de maior efetivação do projeto de branqueamento.

Outra naturalização, advinda da violência cultural na sociedade brasileira apontada por Lélia Gonzalez é na dimensão da linguagem, em expressões racistas utilizadas cotidianamente e que perpetuam o imaginário racista sobre as pessoas negras. Ela registra um exemplo marcante de expressão: “Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar”(GONZALEZ, 2020b, p. 170). Este ditado demonstra os estereótipos atribuídos às mulheres negras na sociedade brasileira, principalmente às figuras de mulata e doméstica, e suas origens coloniais. Essas figuras do imaginário brasileiro, perpetuadas pelo domínio do mito da democracia racial, junto ao projeto de branqueamento, se desdobram também nos papéis onde pessoas negras são retratadas nas artes e mídias (GONZALEZ, 1982).

A violência estrutural brasileira se nota também na construção identitária da população negra, barrada também pela violência cultural do mito da democracia racial: a categoria de pardo na autodeclaração. Sueli Carneiro, no seu artigo “Mulher Negra”, realiza uma pesquisa delineando a realidade da mulher negra brasileira, e aponta para a criação dessa categoria como parte de um projeto político e ideológico de desintegração do potencial de união política e identitária da população negra. Ela observou que os efeitos do racismo brasileiro tangem de forma semelhante os dois grupos. Tal categoria também acaba por sustentar o discurso positivamente difundido sobre a miscigenação do povo brasileiro para dar a falsa sensação ou ideia de que há uma “harmonia racial” no país, às custas do desaparecimento do negro na sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2021c, p. 56–58).

Beatriz Nascimento além de realizar as denúncias ao mito da democracia racial, ao processo de branqueamento, a miscigenação a partir deles, e as posições sociais e trabalhistas, ela traz o elemento de violência estrutural psicológica, estabelecida

pelas imagens de controle e seus efeitos no psicológico das pessoas negras. Há um sentimento de angústia “sem motivo aparente”, mas que está velado pelo apagamento histórico da dimensão de violência colonial e a naturalização do racismo, os dois legitimados pelas três denúncias iniciais desse parágrafo (NASCIMENTO, 2015).

Outro ponto a ser relacionado é sobre a proposição de Johan Galtung, a respeito de uma epistemologia ideal para se investigar a paz, que é composta por valores, teoria e dados. Colocando mais uma vez como exemplo os desenvolvimentos teóricos de Sueli Carneiro, que ao trazer dados estatísticos, consegue apoiar sua argumentação sobre a condição de mulheres negras no Brasil, consegue demonstrar os efeitos reais da discriminação racial. Carneiro observa os dados socioeconômicos, com os indicadores de raça, que se traduzem no entendimento de uma sociedade brasileira permeada por uma divisão racial e sexual do trabalho. Essas divisões, consequentemente mostram que a população negra não teve a mesma mobilidade social proporcionada pelas transformações dos processos industriais e criação de novos postos de trabalho (CARNEIRO, 2019c). Ela apontou para as baixas remunerações, as posições mantidas ou levemente adaptadas do período colonial, denuncia a falta de integração nacional direcionada à população negra e as barreiras encontradas no acesso à saúde básica, moradia e ensino (CARNEIRO, 2019c, p. 48).

Pensando na incorporação da interseccionalidade aos Estudos da Paz, os trabalhos de feministas negras seguem a lógica de análise de conflitos que Galtung propõe:

"In analogy to medical terminology, conflicts are analyzed in terms of diagnosis (sources of a conflict), prognosis (likely trends without intervention), therapy (proposed interventions to prevent or reduce violence) and also therapy of the past, or 'counter-factual history' (what could have been done differently in the past, by whom, to prevent or reduce violence)" (GALTUNG; FISCHER, 2013, p. 13) <sup>11</sup>

O conflito ao qual elas analisam é a luta diária de pessoas, não somente, racializadas e atravessadas por múltiplas intersecções de opressão e discriminação, elas apontam a fonte do conflito, que seria a matriz de opressão como ferramenta da colonialidade, mostram que se não há mudança, a situação de mulheres negras brasileiras se perpetuará (com tendência, obviamente, negativa). Suas intervenções

---

<sup>11</sup> Tradução própria: “Em analogia às terminações médicas, conflitos são analisados em termos de diagnóstico (fontes de um conflito), prognóstico (tendências possíveis sem intervenção), terapia, (propostas de intervenção para prevenir ou reduzir violência) e também terapia do passado, ou “contra-histórico-factual” (o que poderia ser feito diferente no passado, por quem, para prevenir ou reduzir violência).

começam no ato político que é viver sendo uma mulher negra no Brasil, lutando todos os dias para conquistar novos espaços que não os impostos pelos estereótipos racistas da sociedade, além das violências diretas. Elas denunciam os pontos a serem superados para reduzir a violência cotidiana sofrida por elas. Simultaneamente ao apontarem para as fontes dos conflitos, também mostram que seria diferente se a estrutura não estivesse atrelada ao passado do colonialismo que deixou essa névoa sob a vida de pessoas racializadas pelo propósito de serem subjugadas às outras pessoas. Seus trabalhos fazem parte de um trabalho e luta constante pela transformação da realidade de forma interseccional, é necessário que suas vozes estejam ocupando todos os espaços, principalmente no campo de Estudos da Paz.

### **3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Dados os objetivos de interrelacionar os desenvolvimentos dos Estudos para a Paz e a interseccionalidade presente no movimento feminista negro e nas produções de autoras referências do mesmo, foi possível entender que é possível a relação e incorporação, mas não separadamente das produções de mulheres negras. Neste capítulo foram retomados alguns elementos considerados principais para se realizar a conexão entre Estudos para a Paz e Feminismo Negro brasileiro.

Os elementos de destaque se centraram nos objetivos de análise multinível do campo de estudos, o direcionamento para políticas concretas, a epistemologia positiva e o enfoque em justiça social, e acima de tudo o princípio de emancipação. Foi apontado novamente o triângulo investigativo de Galtung, proposto em 1969, constituído por valores, teoria e dados, assim como a área de pesquisa que analisa processos de longo termo, observando a cultura e o contexto brasileiro. O objetivo interdisciplinar é o que abre portas para a busca pela paz na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Os conceitos de violência estrutural e culturais foram fundamentais também para o entendimento de que são o mesmo tipo de violências denunciadas pelas autoras trazidas no segundo capítulo.

Através da segunda sessão, foi delineada a importância discursiva de se ter contribuições de mulheres negras brasileiras, pensando na capacidade de enunciar as violências sofridas continuamente pelas mesmas. Ao mesmo passo que é uma luta contar a colonialidade do saber, outro assunto abordado no primeiro capítulo, e que tange as disciplinas que não denunciaram as dinâmicas raciais desde seu princípio formativo. É uma forma de romper com o silêncio dentro da academia e tornar os

Estudos para a Paz uma disciplina mais emancipatória, interseccional através da ferramenta da interseccionalidade, mas sem deslocar a origem epistêmica da mesma, e fugindo do perigo de esvaziamento do conceito.

A última sessão, sobre o clamor das mulheres negras brasileiras por paz, buscou relacionar cada um dos elementos importantes dos Estudos da Paz, destacados na primeira sessão, com alguns dos temas de discussão apresentados pelas autoras escolhidas no segundo capítulo: Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro. Apesar de abordagens distintas e segmentos de estudos distintos, essas autoras tem as denúncias em comum sobre: o mito da democracia racial, o projeto de branqueamento, as imagens/figuras atribuídas às mulheres negras, e as condições de desigualdade e discriminação de grupos atravessados por raça, classe e gênero.

Essas denúncias se dividem em violências estruturais e culturais, visto que algumas legitimam a naturalização e internalização racista de outras. O mito da democracia racial, junto ao projeto nacional de branqueamento, se efetivou no imaginário social brasileiro, legitimando as discriminações sofridas pela população negra e a falsa ideia de que todos têm oportunidades e condições iguais. No caso da mulher negra brasileira, como ela é atravessada por múltiplas opressões, se torna necessário o olhar de cada uma das produções dessas intelectuais negras que se atentaram em lutar por melhores condições de vida, não só para a mulher negra, como também para grupos marginalizados. Esses elementos discutidos por elas são fundamentais para o estabelecimento de uma paz positiva no Brasil.

## CONCLUSÃO

O trabalho delineou brevemente o campo dos Estudos para a Paz e seu contexto de desenvolvimentos, entre crises identitárias e momentos de agregação de novos conceitos. Buscou-se entender o porquê de se ter a paz como um objeto de estudo e pesquisa, entendendo que é um conceito complexo que já não poderia ser visto apenas como o estado de ausência de guerras. Sua complexidade vem de seus múltiplos significados e caminhos, variando entre grupos, sociedades e culturas, demonstrando a necessidade de se ter uma compreensão ampla da paz. A concepção ampla de paz observa as violências diretas e violências indiretas a serem superadas.

Os Estudos para a Paz surgem no contexto pós Segunda Guerra Mundial, com a motivação de entender e prevenir as guerras e conflitos, necessidade já sentida antes, porém efetivada com as novas ameaças da Guerra Fria e suas tecnologias armamentistas. Eles tiveram como objetivo olhar para a paz além de um ideal utópico, buscando seu alcance por políticas concretas. Segundo alguns autores, é possível compreender o campo dos Estudos da Paz a partir de três momentos de crise, como Håkan Wiberg traz (2005). Para o autor, a primeira crise foi caracterizada pela expansão da área de pesquisa pelo encontro de uma velha e uma nova agenda, e a partir delas são identificadas as epistemologias: negativa e positiva. A primeira diz respeito às pesquisas com interesses que se aproximam da concepção minimalista da paz e inclinada à uma paz liberal, sendo ela a ausência de conflitos, buscando a resolução de conflitos, questões armamentistas, sistemas de paz, entre outras. Já a concepção maximalista diz respeito à epistemologia positiva e uma dimensão de emancipação para o alcance da paz, a transformação de conflitos e não apenas a resolução deles.

A segunda crise foi marcada pela crise de identidade, pela abrangência de estudos possíveis em suas agendas, e a terceira por questionamentos sobre os próximos passos dos Estudos da Paz, já que a Guerra Fria havia acabado. A partir de Ramsbotham e Rogers (1999), foram delineados 7 caminhos futuros para o campo de pesquisa, baseados nas características iniciais do campo, sendo eles: as três áreas de desenvolvimento da pesquisa, a interdisciplinaridade, objetivo de paz por meios pacíficos, análise multinível, contribuições multiculturais, combinação de análise objetiva com compromisso normativo e relação próxima entre teoria e prática.

Johan Galtung desde cedo buscou estudar sobre paz, se viu inspirado na ausência de um campo de estudos sobre paz em contraste com os múltiplos estudos sobre conflitos e foi responsável pela criação do primeiro instituto de pesquisa que carregava o termo “paz” no nome. Buscando unir várias perspectivas de caminhos para a paz, ele agraciou os Estudos da Paz com noções de diferentes tipos de violência, definindo as violências diretas, estruturais e, mais tarde, culturais como os elementos a serem superados, a fim de se alcançar a paz. A junção desses três elementos se traduziu no triângulo da violência a ser superado para o alcance da paz de fato. Além dos termos de violência, ele contribuiu com os conceitos de *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*, que estão ligados aos aspectos de intervenção de conflitos e formas de se alcançar a paz.

Os conceitos de violência estrutural e violência cultural foram pensados para uma abrangência multinível ao realizar a análise de conflitos, entendendo que sua resolução deve vir desde a base, desde o indivíduo. A paz deve vir a partir da transformação da realidade, em uma realidade ausente de violências diretas e indiretas, e com a promoção de condições de vida justas, promoção da integração humana. Um grande foco do trabalho foi centrado nas violências estruturais e culturais, visto que desigualdades de poder e socioeconômicas são violências estruturais, injustiças sociais, que são legitimadas pelas violências culturais. Foi importante entender como a violência cultural se articula através de ideologias, artes, linguagem, entre outros aspectos culturais, para naturalizar as condições de violência estrutural e violência direta na sociedade.

Observou-se que o campo de estudos oferece aportes necessários para se denunciar estruturas desiguais de opressão e de distribuição de poder, mas desde o princípio sem questionar de onde vem a articulação dessas estruturas. Ao se observar essa falha, há um reforço da preocupação original, da crise observada na década de 70, e seus desdobramentos para que fosse uma disciplina emancipatória, em prol da transformação do conflito. Compreendeu-se que os Estudos para a Paz têm como obstáculo crítico, ou obstáculo ao seu projeto emancipatório, o silêncio sobre a colonialidade que estrutura as dimensões de poder e principalmente que incide sobre as dimensões de violência, dimensões de desigualdade.

Foi entendido que a colonialidade surge a partir da modernidade, a modernidade foi baseada no eurocentrismo, e as estruturas de mundo atual permeadas pela colonialidade, como poder, ser e saber, então padrões observados e

tidos como naturais são coloniais. O ponto principal de preocupação com a colonialidade no presente trabalho, foi a dimensão da colonialidade do saber, visto que ela determina quem são os produtores de conhecimento, quem seriam as vozes da racionalidade, e fornece um padrão de produção neutro, a fim de universalizar teorias e invisibilizar pessoas marginalizadas e manter os que estão em posição dominante. Foi necessário delinear o que é a colonialidade, para compreender a necessidade de se valorizar as vozes marginalizadas, a fim de entender mais profundamente como as violências se articulam, e só assim caminhando para a justiça social de fato.

Pensar sobre os Estudos da Paz e a colonialidade do poder e a colonialidade do saber, abre um convite às contribuições do feminismo negro brasileiro, com suas análises interseccionais, denúncias aos mecanismos do colonialismo, e um olhar sobre a paz no contexto do Brasil. Então foi delineado o conceito de interseccionalidade, e o entendimento dele como a essência do feminismo negro num geral, assim como sua presença nas demandas do movimento de mulheres negras brasileiras desde o princípio. A interseccionalidade é a ferramenta analítica que aliada com a práxis do movimento, entende as dimensões de opressão que permeiam a vida de grupos marginalizados, atravessados por múltiplas categorias potencialmente discriminatórias e indissociáveis. É importante apontar para a interseccionalidade como essência analítica do feminismo negro brasileiro pois o termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw muitos anos depois das principais produções analisadas no segundo capítulo.

O movimento feminista negro brasileiro, surgiu a partir das barreiras encontradas por mulheres negras dentro do movimento negro, sobre sexismo, e dentro do movimento feminista, sobre racismo. Então a partir da década de 70, com o Manifesto das Mulheres Negras, denunciando as condições de opressão e exploração da mulher negra no Brasil, grupos independentes de mulheres negras começaram a se articular. A partir do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988, foi consolidado o movimento de mulheres negras no Brasil, onde elas puderam compartilhar suas vivências e estabelecer um diálogo sobre suas opressões vividas. Desde então, o movimento luta pela visibilidade de suas demandas e por uma articulação nacional para que tais demandas, e as próprias mulheres, sejam representadas nas instituições e em políticas públicas.

As autoras escolhidas para a abordagem temática, são referência na articulação de demandas e ideias que se tornaram as demandas do movimento de mulheres negras no Brasil. Cada uma tem origens e caminhos distintos, mas todas compartilharam da experiência e vivência do que é ser uma mulher negra na sociedade brasileira. A vivência das mulheres negras aqui pode assumir características distintas, mas mesmo assim com vivências semelhantes de racismo e discriminação, então seus trabalhos eram carregados de denúncias semelhantes. Seus temas em comum foram: mito da democracia racial, miscigenação, estereótipos, branqueamento e em geral as condições de discriminação racial na sociedade brasileira. Em comum, todas elas também foram ativistas com ações significativas para a articulação do movimento feminista negro no Brasil, como a criação do Nzinga ou o Geledés.

A partir da apresentação de suas temáticas em comum, é possível delinear que as suas denúncias de violências raciais são o que os Estudos da Paz entendem por violência estrutural e violência cultural, e que não devem ser tópicos invisibilizados ao se pensar sobre a paz. Então o terceiro capítulo aborda a importância discursiva de mulheres negras brasileiras para se entender como se alcançar a paz positiva, a paz transformadora no contexto do Brasil, retomando o propósito emancipatório da disciplina. Foram retomados e destacados os elementos importantes dos Estudos da Paz, para a articulação do argumento que: a produção dessas autoras foram investigações sobre paz, por um viés epistemológico positivo, com os objetivos de transformação de realidade e emancipação. Neste capítulo foi importante destacar que a interseccionalidade, ao ser proposta como ferramenta analítica, não deve ser desvinculada do movimento de mulheres negras, visto que há o perigo de esvaziamento do termo, além de que seu potencial transformador teórico é aliado à práxis do movimento. Esse é um ponto valorizado pelos Estudos para a Paz, ao se buscar a paz, e não deve ser esquecido.

Algumas das pontes realizadas entre Estudos da Paz e o Feminismo Negro brasileiro dizem respeito a classificação dos debates das autoras associados as dimensões de violência propostas por Galtung. O mito da democracia racial, a miscigenação, os estereótipos, o projeto de branqueamento e em geral as condições de discriminação racial na sociedade brasileira, são violências estruturais ao mesmo passo que são violências culturais, elas apresentam uma dinâmica de legitimação

entre elas. Essas dinâmicas violentam as condições de vida da população negra. Entende-se que essas autoras, realizaram seus trabalhos buscando a paz para a mulher negra brasileira, e suas denúncias eram sobre as violências diretas e indiretas, legitimadas pela violência cultural brasileira, e suas análises foram possíveis devido ao olhar interseccional que a mulher negra tem. A interseccionalidade vinculada às lutas das mulheres negras é o primeiro passo para um futuro de paz transformadora e emancipatória, contra a colonialidade e a favor da justiça social para todos os grupos discriminados pela modernidade.

Refletindo sobre o que foi pesquisado e os debates trazidos por autores e autoras negras na academia, entre os interesses para pesquisas futuras estão os estudos sobre Quilombos desenvolvidos por Beatriz Nascimento e os trabalhos de Abdias Nascimento. Seria interessante entender a dimensão dos quilombos, suas estruturas e tradições, e como seria a paz a partir do quilombo e dos processos de aquilombamento. Abdias Nascimento, também trabalha com a dimensão das relações raciais na realidade brasileira e Quilombos, então seria interessante observar seus trabalhos e as dimensões de colonialidade percebidas por ele, antes de existir o termo colonialidade, para entender mais um pensamento sobre o Brasil que não é muito visto nas Relações Internacionais e Estudos da Paz.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. DOI: 10.14393/dl47-v15n3a2021-1.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 11, p. 89–117, 2013. DOI: 10.1590/S0103-33522013000200004.
- BLANCO, Ramon. Poscolonizar a Paz?: Em Busca de uma Perspectiva. **Universitas: Relações Internacionais**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1–25, 2010. DOI: 10.5102/uri.v8i1.1143.
- BLANCO, Ramon; DELGADO, Ana Carolina Teixeira. Problematising the Ultimate Other of Modernity: the Crystallisation of Coloniality in International Politics. **Contexto Internacional**, [S. l.], v. 41, n. 3, p. 599–619, 2019. DOI: 10.1590/s0102-8529.2019410300006.
- CARNEIRO, Equipe Casa Sueli. **Biografia - Sueli Carneiro**. 2022. Disponível em: <https://acervo.casasuelicarneiro.org.br/biografia>. Acesso em: 29 set. 2023.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117–133, 2003. DOI: 10.1590/s0103-40142003000300008.
- CARNEIRO, Sueli. O matriarcado da miséria. In: **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011. p. 117–120.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. a.
- CARNEIRO, Sueli. Expectativas de ação das empresas para superar a discriminação racial. In: **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. b. p. 102–120.
- CARNEIRO, Sueli. Mulher Negra. In: **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. c. p. 12–50.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça na sociedade brasileira. In: **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. d. p. 133–166.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras e poder: Um ensaio sobre a ausência. In: **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. e. p. 248–258.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade [recurso eletrônico]**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969. DOI: 10.1177/002234336900600301.
- GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 291–305, 1990.
- GALTUNG, Johan. Peace Theory : An Introduction. **World Encyclopedia of Peace**, [S. l.], p. IV:274-283, 1999.
- GALTUNG, Johan. Violence: Direct, Structural and Cultural. In: **Johan Galtung: Pioneer of Peace Research**. 1. ed. [s.l.] : Springer Berlin Heidelberg, 2013. a. p. 35–40.
- GALTUNG, Johan. Peace Studies and Conflict Resolution: The Need for Transdisciplinarity. In: **Johan Galtung: Pioneer of Peace Research**. 1. ed. [s.l.] : Springer Berlin Heidelberg, 2013. b. p. 139–149.
- GALTUNG, Johan; FISCHER, Dietrich. **Johan Galtung: Pioneer of Peace Research**. 1. ed. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2013. v. 5 DOI: 10.1007/978-3-642-32481-9.
- GONÇALVES, Renata. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 22, n. 40, p. 09–22, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica? **Jornal Mulherio**, [S. l.], v. 2, n. 7, p. 24, 1982.

- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, [S. l.], v. 2, p. 223–243, 1984.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos / organização: Flavia Rios, Márcia Lima**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. a.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil. *In: Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. b. p. 158–170.
- GONZALEZ, Lélia. Democracia racial? Nada disso! *In: Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. c. p. 201–203.
- JINKINGS, Ivana; BURANI, Thaisa. Sueli Carneiro. **Revista Boitempo**, [S. l.], n. 27, p. 11–21, 2016.
- MIGNOLO, Walter D. Introduction/Coloniality: The Darker Side of Western Modernity. *In: The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Durham & London: Duke University Press, 2011. p. 1–26. DOI: 10.3167/proj.2019.130203.
- NASCIMENTO, Beatriz. Meu negro interno. *In: Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento*. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2015. p. 90–97.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. a.
- NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *In: Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. b. p. 50–55.
- NASCIMENTO, Beatriz. Nossa democracia racial. *In: Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. c. p. 56–59.
- OLIVEIRA, Gilberto Carvalho De. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 148–172, 2017. DOI: 10.21530/ci.v12n1.2017.611.
- PUREZA, José Manuel. O desafio crítico dos estudos para a paz. **Organicom**, [S. l.], v. 15, n. 28, p. 74–89, 2018. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2018.150549.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.
- RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- RATTS, Alex; GOMES, Bethânia (Org. .. **Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento**. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2015.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras de Bertioga a Beijing. **Estudos Feministas**, [S. l.], n. 2, p. 446–457, 1995.
- RIOS, Flávia; RATTS, Alex. **Lélia Gonzalez**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 34, p. 1–54, 2021. DOI: 10.1590/0103-3352.2021.34.238917.
- ROGERS, Paul; RAMSBOTHAM, Oliver. **Then and now: Peace research - Past and future**. **Political Studies** Blackwell Publishers, , 1999. DOI: 10.1111/1467-9248.00229.
- SANTANA, Vinicius. Sueli Carneiro (1950). **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 1–13, 2022.
- SILVA, Karine de Souza. "Esse silêncio todo me atordoar" A surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa: Brasília**, [S. l.], v. 58, n. 229, p. 37–55, 2021.

WIBERG, Håkan. Investigação para a Paz: Passado, presente e futuro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 71, p. 21–42, 2005. DOI: 10.4000/rccs.1013.